



02 DE AGOSTO DE 2016

Terça-feira

- PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCE 1,1% EM JUNHO, MAS RECUA 9,1% NO SEMESTRE
- CONFIANÇA DO MICRO EMPRESÁRIO EXPANDE 4,2%
- MINISTÉRIO PÕE EM PRÁTICA PROJETO PARA DESTRAVAR EXPORTAÇÕES
- UPS REGISTRA SÓLIDOS RESULTADOS PARA O 2º SEMESTRE
- MINISTRO DA FAZENDA PROMETE 'O MAIOR ESFORÇO POSSÍVEL' PARA EVITAR AUMENTO DE IMPOSTO
- BANCOS OFERECEM CRÉDITO PARA QUEM QUER PRODUZIR A PRÓPRIA ELETRICIDADE
- FUNDOS DE INVESTIMENTO FÁCEIS DE ENTRAR TÊM RENTABILIDADE BAIXA
- REGRA DE TRANSIÇÃO ANALISADA PELO GOVERNO TEMER CRIA ABISMO NAS APOSENTADORIAS
- FATURAMENTO DO SETOR CRESCE 2% EM JUNHO, INFORMA CNI
- TOYOTA SOBE AO QUARTO LUGAR EM JULHO
- FCA ANUNCIA ANTONIO FILOSA COMO SEU DIRETOR GERAL NA ARGENTINA
- VOLKSWAGEN PARA PRODUÇÃO EM TODAS AS SUAS FÁBRICAS DE CARROS NO PAÍS
- VENDAS DE AUTOMÓVEIS E COMERCIAIS LEVES CAEM 20%
- QUIMATIC TAPMATIC APRESENTA SOLUÇÕES PARA A REDUÇÃO DE CUSTOS EM USINAS NA FENASUCRO & AGROCANA 2016
- NOVO CONTROLADOR DA ROCKWELL AUTOMATION SIMPLIFICA A SEGURANÇA DE MÁQUINAS
- SAMARCO REGISTRA ADESÃO 923 FUNCIONÁRIOS EM PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
- DÓLAR SOBE QUASE 1% ANTE REAL COM CENÁRIO EXTERNO E ATUAÇÃO DO BC
- CRESCE CONFIANÇA EM MELHORA NA ECONOMIA, REVELA PESQUISA DO DATASENADO
- PAIM DEVE CHAMAR REPRESENTANTE DA IMBEL PARA EXPLICAR DEMISSÃO DE LÍDERES SINDICAIS

- 74% DOS BRASILEIROS ESTÃO SATISFEITOS COM O TRABALHO, MOSTRA PESQUISA
- JUDICIÁRIO NÃO PRECISARÁ CUMPRIR LIMITE DE TERCEIRIZADOS DA LRF, DIZ MEIRELLES
- CONFIANÇA DE PEQUENOS EMPRESÁRIOS AVANÇOU 20,7% EM UM ANO
- ÍNDIA DEVE IMPOR TARIFAS CONTRA IMPORTAÇÕES DE AÇO
- BANDEIRA TARIFÁRIA PERMANECE VERDE NA CONTA DE LUZ DE AGOSTO
- IBGE DIVULGA DESEMPENHO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO PRIMEIRO SEMESTRE
- PEUGEOT E SANTANDER CRIAM EMPRESA NO BRASIL PARA FINANCIAR CARROS
- MINÉRIO E METAIS FECHAM MÊS EM ALTA
- ARCELORMITTAL VÊ LUCRO CRESCER 6 VEZES NO TRIMESTRE E SOMAR US\$ 1,1 BI
- EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS CRESCE 7% EM JULHO E SALDO BATE NOVO RECORDE
- ATIVIDADE INDUSTRIAL SÓ ENTRARÁ EM CICLO DE ALTA A PARTIR DE 2017
- CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL FICA ESTÁVEL EM JUNHO, DIZ EPE
- VEJA COMO A PROPOSTA DE MUDANÇA NA APOSENTADORIA PODE ATINGIR VOCÊ
- ECONOMISTAS PEDEM MAIS ABERTURA COMERCIAL
- EMPREGO SEM CARTEIRA AUMENTA NO ANO E REVELA AVANÇO DA INFORMALIDADE
- MDIC QUER TRIBUTAR TODAS AS REMESSAS VINDAS DO EXTERIOR, INCLUSIVE PRESENTES

CÂMBIO		
EM 02/08/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,249	3,250
Euro	3,647	3,648

Fonte: BACEN

Produção industrial cresce 1,1% em junho, mas recua 9,1% no semestre

02/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A produção industrial no Brasil cresceu 1,1% em junho em relação a maio, indicando que o setor pode estar finalmente se recuperando das perdas registradas em meses anteriores, de acordo com dados do IBGE divulgados nesta terça-feira (2).

O resultado veio em linha com o centro de expectativas dos economistas consultados pela agência internacional Bloomberg, que previam avanço de 1,1%.

O dado, porém, não foi suficiente para eliminar as perdas registradas até agora. No semestre, a queda acumulada foi de 9,1%. Em relação a junho de 2015, o recuo é de 6%, melhor que a estimativa da Bloomberg, que era de queda de 6,3%. Nesta base de comparação, foi a 28ª taxa negativa consecutiva, renovando o recorde da série histórica da pesquisa, iniciada em 2002.

Em maio, a produção industrial ficou estável, após crescer em março (1,4%) e abril (0,1%).

Dos 24 setores acompanhados pela pesquisa, 18 tiveram aumento de produção em junho na comparação com maio, segundo o IBGE. A principal contribuição positiva veio de veículos automotores, reboques e carrocerias, com avanço de 8,4%. O ramo já havia crescido 5,5% em maio em relação a abril.

O segmento perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene cresceu 4,7%, mesmo percentual de metalurgia. Houve contribuições positivas ainda de confecção de artigos do vestuário e acessórios (9,8%) e artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (10,8%).

Na ponta contrária, produtos alimentícios registraram queda de 0,7% na comparação com maio, enquanto o ramo de bebidas recuou 2,6%. O setor de papel e celulose caiu 2%.

Na comparação com junho de 2015, 20 dos 26 ramos pesquisados tiveram queda, segundo o IBGE. As maiores retrações foram verificadas pelas indústrias extrativas — queda de 12,5% — e coque, derivados de petróleo e biocombustíveis (-13,2%).

Confiança do micro empresário expande 4,2%

02/08/2016 – Fonte: Diário do Comércio

O micro e pequeno empresário de varejo e serviços ganhou um pouco mais de confiança em relação à economia do País em julho. O indicador da SPC Brasil que mede o sentimento destes profissionais cresceu 4,2%, saindo de 42,93 pontos em junho para 44,72 pontos no mês passado.

Na comparação anual, a variação foi ainda mais expressiva, de 20,6%. Apesar do aumento da confiança na passagem de junho para julho, o indicador ainda revela pessimismo, uma vez que obedece a uma escala de zero a 100 pontos em que graduações acima de 50 pontos revelam otimismo e abaixo, pessimismo.

Apesar disso, na passagem do mês, a maior parte dos entrevistados ainda avaliou que as condições gerais da economia e de seus negócios pioraram no último semestre. As estatísticas oficiais dão razão à percepção majoritariamente negativa.

De acordo com o IBGE, a queda observada pelo Varejo foi de 7,3% nos cinco primeiros meses do ano, considerando-se o volume de vendas do setor. Na mesma base de comparação, a queda observada pelo setor de Serviços foi de 5,1%.

Segundo os técnicos da SPC Brasil, mesmo com o retrospecto ruim para a maioria, as perspectivas para os próximos meses continuam a melhorar. Segundo eles, a proporção dos que se dizem confiantes com a economia subiu, ao passo que a proporção dos que se dizem pessimistas caiu.

“O fenômeno repete-se, com intensidade ainda maior, quando analisamos as perspectivas para o futuro dos próprios negócios. Mais da metade dos empresários diz estar confiante com o desempenho futuro de sua empresa”.

Em resumo, observa-se crescimento da confiança com o futuro e melhora na avaliação dos últimos seis meses, embora, neste caso, ainda haja uma maioria que enxerga piora da conjuntura.

“A consolidação dessa tendência dependerá de sinalizações da equipe econômica que, para além da agenda restritiva do ajuste, precisará acenar com uma agenda positiva capaz de destravar investimentos.

Medidas que facilitem o processo de abertura e fechamento de empresas, bem como o pagamento de impostos e o acesso ao crédito, além de ações que estimulem o empreendedorismo são cruciais para o desenvolvimento das pequenas empresas”, ressaltam os técnicos da SPC Brasil.

Ministério põe em prática projeto para destravar exportações

02/08/2016 – Fonte: R7



Um projeto que há pelo menos sete anos promete destravar parte da burocracia das exportações brasileiras, o COD (Certificado de Origem Digital), começará finalmente a sair do papel pela Argentina.

O mecanismo pelo qual um produto é controlado eletronicamente na passagem pela aduana faz parte de um programa piloto do MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) e será incluído hoje em um memorando firmado entre os dois países. A previsão do ministério brasileiro é que os benefícios comecem a ser sentidos na prática em dois meses.

O objetivo é que no longo prazo o certificado de papel seja substituído pelo digital. Além de acelerar a operação, por diminuir o tempo de permanência de contêineres em uma aduana, o sistema tende a inibir a corrupção associada ao excesso de burocracia.

Os ministros Marcos Pereira (PRB) e Francisco Cabrera assinarão também um memorando de facilitação do comércio. Segundo o MDIC, a Argentina será o primeiro

país com o qual o Brasil colocará o sistema em prática. A meta é avaliar o que funciona ou não na experiência para ampliá-la a outras nações do continente.

O COD, que atesta o país de origem da mercadoria, pode ser usado pelas empresas exportadoras e importadoras. Em 2009, sua aplicação já era apresentada como revolucionária em um congresso na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Promovido pelo MDIC, o encontro previa a implementação do sistema primeiro no Mercosul e logo em todos os países da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração).

Questionado por escrito sobre as razões pelas quais o sistema não foi aplicado em tanto tempo, o MDIC respondeu que "sempre esteve na pauta e agora terá início com o projeto na Argentina".

Entre as vantagens apresentadas pelos desenvolvedores do sistema estão: evitar o extravio de papéis e sua reposição. Além disso, nas aduanas os certificados podem ser checados de forma automática. O processo atual chega a levar uma semana. O sistema permite também evitar a imposição de barreiras não tarifárias por países, diante de um cenário de crise.

Pereira chegou a Buenos Aires na manhã de ontem. Ele se reuniu com empresários enquanto técnicos dos dois países acertavam detalhes nos projetos. Hoje, está previsto um almoço com Cabrera, com quem em seguida tem uma reunião.

Os encontros entre os ministros dos dois países fazem parte de um plano de reuniões trimestrais. A última havia ocorrido em março em Brasília, quando ainda ocupava a pasta brasileira o senador Armando Monteiro (PTB).

Balança comercial

A relação comercial entre os dois países teve no mês de julho o saldo mais favorável aos argentinos no ano. O superávit brasileiro no mês foi de US\$ 207 milhões, segundo a consultoria argentina Abeceb.

Os empresários locais têm pressionado o governo de Mauricio Macri para tentar equilibrar a balança comercial, atingida principalmente pela queda no consumo no Brasil e pela desvalorização do real em relação ao peso, que afetou a competitividade dos produtos argentinos.

Em julho, esta queda nas exportações para o Brasil foi de 15,7% em relação ao mesmo período do ano passado, a menor em 13 meses consecutivos.

A interpretação da consultoria Abeceb é que "a economia brasileira demonstrou uma certa recuperação nos últimos meses, o que poderia indicar que já atingiu o pior nível".

UPS registra sólidos resultados para o 2º semestre

02/08/2016 – Fonte: CIMM

Aumento das exportações internacionais impulsionado por produtos expressos.

A UPS anunciou na sexta-feira (29) o lucro diluído por ação para o segundo trimestre de 2016 de US \$ 1,43, um aumento de 6% em relação ao mesmo período do ano passado. O lucro operacional internacional aumentou 11%, para US \$ 613 milhões, representando o sexto trimestre consecutivo de crescimento de dois dígitos.

A receita total foi de US \$ 14,6 bilhões, aumento de 3,8% em relação ao mesmo trimestre do ano passado. O crescimento da receita foi reduzido por mudanças nas

sobretaxas de combustível e taxas de câmbio. Em uma base de moeda neutra, a receita aumentou 4,0%. Menores taxas de sobretaxa de combustível reduziram o crescimento das receitas em cerca de 120 pontos base.

"Estamos investindo para expandir a nossa rede global, implementando novas tecnologias e capturando novas receitas em mercados de alto crescimento", disse David Abney, presidente e CEO da UPS. "Estes investimentos estratégicos em nosso negócio diversificado geraram, novamente neste trimestre, forte valor para nossos clientes e acionistas."

Fluxo de caixa

Para os seis meses encerrados em 30 de junho, a UPS gerou US \$ 4,7 bilhões em caixa provenientes de operações e US \$ 3,7 bilhões em fluxo de caixa livre depois de ter despesas de capital de US \$ 1,0 bilhão. A empresa pagou dividendos de cerca de US \$ 1,3 bilhão, um aumento de 6,8% por ação sobre o mesmo trimestre de 2015. A UPS também recomprou 13,3 milhões de ações por aproximadamente US \$ 1,3 bilhão.

Remessas domésticas nos EUA

O lucro operacional para remessas domésticas nos EUA aumentou para US \$ 1,2 bilhão e a margem operacional cresceu 10 pontos base para 13,7%. Melhorias de produtividade sustentadas por tecnologia, combinadas com custos menores de combustível, resultaram em uma redução de 0,2% no custo por unidade em comparação com o mesmo trimestre em 2015.

A receita total aumentou 2,4% em relação ao segundo trimestre de 2015, para US \$ 9,0 bilhões. O volume diário médio aumentou 2,5%, com aumento de Next Day Air de 5,6% e de produtos Ground de 2,4%. Fortes tendências de crescimento de business-to-consumer (B2C) continuaram neste trimestre, superando o crescimento de resultados de negócios em mais do que 5 para 1.

A receita por pacote ficou estável em comparação com o mesmo período do ano passado. As taxas de sobretaxa de combustível reduziram o crescimento da produtividade em mais de 100 pontos base. O crescimento nas taxas de base compensou as mudanças no mix de produtos e clientes.

Remessas internacionais

O lucro operacional internacional aumentou em mais de 11%, para US \$ 613 milhões, estabelecendo um nível recorde no segundo trimestre. O crescimento de volume em todos os produtos, preços disciplinados e ganhos de eficiência de rede contribuíram para o aumento da lucratividade.

A receita cresceu 1,1% em relação ao ano anterior, no entanto, a queda no câmbio foi de 40 pontos base.

Taxas de combustível mais baixas reduziram o crescimento das receitas em cerca de 170 pontos base. Remessas Daily Export aumentaram 3,9%, enquanto o crescimento fora da Europa e da Ásia compensaram os níveis mais baixos dos EUA. A rota comercial da Europa para os EUA aumentou a um ritmo de dois dígitos, pois os clientes usaram a rede UPS para se beneficiar da força do dólar americano.

Remessas de exportação aumentaram em todas as categorias de produtos e os produtos premium ultrapassaram os produtos não premium.

A receita por pacote sofreu queda de 1,9%, e em uma base de moeda neutra, a receita por pacote caiu 1,4%. Menores taxas de sobretaxa de combustível reduziram o crescimento da receita por pacote em cerca de 140 pontos base. Melhorias na taxa de base foram anuladas por mudanças nas rotas comerciais e mix de clientes.

Cadeia de suprimentos e carga

A receita de Cadeia de Suprimentos e Carga aumentou em mais de 13%, para US \$ 2,5 bilhões. Isto deveu-se principalmente à aquisição da Coyote Logistics no terceiro trimestre do ano passado. As condições fracas do mercado nos mercados Air Freight Forwarding e LTL pressionaram o crescimento das receitas.

O negócio Forwarding ampliou as margens operacionais, focando na qualidade de receita e redução de custos operacionais. O negócio de corretagem de carga asset-light, teve um bom desempenho, apesar de um mercado fraco contínuo.

A unidade Distribution registrou um forte crescimento da receita nos setores de saúde, aeroespacial e automotivo. Durante o trimestre, Saúde tornou-se o setor de receita mais alta em nosso negócio de logística de contrato. O lucro operacional e a margem operacional aumentaram em comparação com o período do ano anterior.

A receita de UPS Freight LTL por quintal (hundredweight) aumentou 2,9% em relação ao mesmo período do ano passado. A tonelagem total ainda enfrenta os desafios das condições de mercado atuais. A unidade de negócios continua focada na gestão disciplinada de receitas e rotas comerciais lucrativas.

Previsão

"A UPS produziu resultados sólidos do segundo trimestre, apesar da incerteza contínua na macroeconomia", disse Richard Peretz, diretor financeiro da UPS. "Investimentos em tecnologia e produtividade em nossa rede integrada estão obtendo resultados sólidos. Reafirmamos nossa orientação para o lucro diluído por ação para todo o ano de 2016 de US \$ 5,70 a US \$ 5,90".

Ministro da Fazenda promete 'o maior esforço possível' para evitar aumento de imposto

02/08/2016 – Fonte: R7



O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, garantiu nesta segunda-feira (1º) que o governo fará "o maior esforço possível" para não ser necessário aplicar aumentos de impostos.

— Evidentemente que teremos de fazer previsão sobre, em primeiro lugar, a evolução da arrecadação tributária para 2017, que tem caído muito este ano e caiu um pouco no ano passado e nos anos anteriores e, na medida em que haja uma recuperação da economia, espera-se que possa haver uma arrecadação

Antes de participar de evento da revista Época Negócios, em São Paulo, o ministro afirmou que recomendou, aos organizadores, a entrada de jornalistas.

Segundo Meirelles, o aumento de imposto pode se tornar desnecessário caso haja uma receita adicional por meio de concessões e privatizações.

— Mas está um pouco prematuro para tomar uma decisão ainda porque temos de acompanhar até o fim deste mês a evolução da arrecadação para podermos ter uma previsão mais precisa sobre a evolução da arrecadação no ano que vem. [...] Mas

vamos ver se evitamos um aumento de imposto, que evidentemente não é positivo para uma recuperação da economia.

Bancos oferecem crédito para quem quer produzir a própria eletricidade

02/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O aumento da adesão a sistemas de geração de energia a partir de fontes renováveis no Brasil incentivou muitos bancos a criar, nos últimos anos, linhas de financiamento específicas para tecnologias limpas.

Com as opções, a aquisição de sistemas fotovoltaicos, eólicos, de biomassa e pequenas centrais hidrelétricas por pequenas, médias e grandes empresas podem ficar mais fácil.

Produtores rurais e usuários domésticos, em alguns casos, também são favorecidos por condições especiais e parcerias entre as instituições financeiras e empresas que comercializam e instalam as tecnologias.

As novas linhas facilitam a expansão das soluções renováveis, mas é importante atentar para as taxas de juros e para o tempo de compromisso com as prestações. Os custos das parcelas mensais variam de acordo com o valor do financiamento e do plano contratado e, para serem definidas, também dependem da análise do crédito do interessado. Confira condições de alguns dos principais bancos nacionais.

Santander

De janeiro de 2014 a junho do ano passado, a área de financiamentos do Santander facilitou a adesão a 156 projetos renováveis com aportes que, até 2015, já haviam chegado a R\$ 5,9 milhões. Segundo a instituição, o valor médio para compra e instalação de um módulo fotovoltaico em uma residência, por exemplo, fica em torno de R\$ 60 mil.

Por meio da linha de crédito CDC Eficiência Energética de Equipamentos, dentro de cinco anos – ou 60 meses – o investimento pode ser quitado. O fornecimento de energia a partir do sistema é contínuo por até 25 anos e, segundo o banco, a tecnologia fotovoltaica vem sendo a mais procurada em comparação às demais, principalmente no último ano.

De 2015 para 2016, os financiamentos dos sistemas cresceram 35%. Empresas, mas também pessoas físicas podem solicitar o apoio. No último caso, o crédito é concedido diretamente em lojas nacionais de equipamentos fotovoltaicos que sejam credenciadas ao banco. A lista de fornecedores pode ser acessada no site da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica).

Com negociações, até 100% do valor do projeto pode ser financiado, mas, na maioria dos casos, o Santander apoia 20% do total do investimento. Correntistas e não correntistas podem aproveitar a facilidade.

As taxas de juros e os limites de financiamentos são apresentados no ato da contratação, de acordo com as características de cada projeto. O prazo de carência é de 60 dias após a contratação do serviço.

Banco do Brasil

Por meio das linhas de crédito Proger Urbano Empresarial e Proger Turismo Investimento (este último disponível para empresas do segmento turístico), o Banco do Brasil financia investimentos de micro e pequenas empresas em sistemas elétricos mais eficientes ou em geração e distribuição de energia elétrica a partir de fontes solar ou eólica.

O saldo dedicado às duas linhas de crédito totaliza R\$ 2,4 bilhões. Os recursos são do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) do Governo Federal. As soluções atendem empresas clientes do BB que faturam até R\$ 10 milhões por ano e financiam até 80% do valor do projeto.

O limite do apoio é de até R\$ 1 milhão por empresa e o prazo para o pagamento pode ser de até 72 meses, com 12 de carência, para o Proger Urbano Empresarial e de 120 meses, com 30 de carência, para o Turismo Investimento. O financiamento tem taxa de juros mínima de TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais 4,5% ao ano, que equivale a 0,97% ao mês.

Caixa Econômica

A Caixa incentiva a Produção mais Limpa (P+L) por meio da oferta de crédito a empresas de diferentes portes que estejam dispostas a trocar os equipamentos que utilizam por outros menos poluentes ou mais eficientes. A redução do impacto ambiental e do uso dos recursos naturais nas atividades das companhias são aspectos valorizados para a concessão de créditos pela instituição.

A linha BCD (Bens de Consumo Duráveis), mantida com recursos da Caixa, cobre até 100% do valor do bem, é dedicada a empresas de qualquer porte e tem prazo carência de até seis meses. As taxas de juros têm custos a partir de 1,90% ao mês mais TJLP.

A linha Finame, com recurso do BNDES, financia até 80% do total do investimento e tem taxas mensais a partir de 1,26%, com prazo carência de três a seis meses. O prazo para pagamento em qualquer das linhas é de até cinco anos, ou 60 meses.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

Em 2015, o BRDE criou um programa específico de crédito para incentivar projetos de eficiência energética e energias renováveis de empresas, cooperativas e produtores rurais com atuação na região Sul do país ou no Mato Grosso do Sul.

O valor mínimo do financiamento para sistemas empresariais é de R\$ 240 mil e, para microempresas, de R\$ 50 mil. Segundo o BRDE, desde 2011, R\$ 1,5 bilhão já foi dedicado ao setor.

Projetos envolvendo a construção de centrais ou pequenas centrais hidrelétricas e geração eólica ainda dominam a procura, mas o interesse pelo setor fotovoltaico já é o que mais cresce em relação aos demais.

O prazo para o investimento ser abatido varia entre oito a dez anos, podendo chegar a duas décadas, dependendo da necessidade do cliente. A taxa de juros padrão é de TJLP mais 6% ao ano, mas o índice pode ser reduzido conforme análise de crédito. Para projetos no Mato Grosso do Sul, o índice médio é de 9,5% ao ano. Após análise de crédito, o apoio é liberado dentro de 90 dias.

Banco do Nordeste

Em maio do ano passado, o Banco do Nordeste lançou a FNE Sol. A linha, com fundo de R\$ 30 milhões, é destinada a empresas de diversos portes e setores, companhias rurais, cooperativas, associações e pessoas físicas dispostas a adquirir um sistema para mini e micro geração de energia. Ela utiliza recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e tem prazo de pagamento de até 12 anos, com até um de carência.

O investimento pode ser financiado em até 100% e há bônus de 15% no custo das parcelas mensais em caso de adimplência – quando o compromisso financeiro é atendido rigorosamente. Desse modo, para empreendimentos que faturam até R\$ 90 milhões ao ano, a taxa de juros que é de TJLP mais 11,18% ao ano pode cair para 9,5%. Aos que faturam mais, a taxa sem o bônus fica em torno de 12,95% ao ano.

Por meio do Pronaf Eco (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), com recursos do BNDES, o banco favorece a aquisição de sistemas renováveis por agricultores familiares. Os juros variam de 2,5% ao ano para operações de até R\$ 10 mil e 5,5% para investimentos superiores a R\$ 30 mil.

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes)

Desde o início do ano, quando formalizou o apoio à adesão a sistemas renováveis, o Bandes já investiu cerca de R\$ 3 milhões em financiamentos por meio da linha Economia Verde. Podem solicitar o apoio empresas que atuem no Espírito Santo.

Financiamentos de até R\$ 1 milhão para 100% do valor do investimento podem ser concedidos, com taxas de juros anuais a partir de 5,5% mais TJLP. O prazo para pagamento é de até 96 meses, com carência de 36. Após a aprovação do crédito, o tempo médio para a liberação do recurso pode variar entre 20 e 30 dias.

Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

O BNDES reúne diversas linhas de crédito que favorecem a adesão de sistemas renováveis. A linha Finem (Financiamentos a Empreendimentos) Energia, por exemplo, é dedicada a empresas ou sociedades com sede ou administração no país. Financia até 80% de projetos de, no mínimo, R\$ 20 milhões a TJLP mais 1,5% a 4,18% ao ano, dependendo das características do cliente.

O prazo médio para o pagamento do apoio fica entre 16 a 20 anos. Micro, pequenas e médias empresas com disposição para investir em projetos de, no máximo, R\$ 300 mil também podem financiar até 80% do bem, com juros de 1,5% a 3% ao ano mais TJLP. O Banco conta também o Fundo Amazônia e o Fundo Clima, que apoiam projetos de eficiência energética, e com o Pronaf Eco.

Dedicada a agricultores familiares, a linha financia até 100% de projetos de geração de energia a partir de fontes renováveis. Com limites de R\$ 88 mil por beneficiário, o crédito pode ser pago em até 12 anos, com taxas de juros de 5,5% ao ano mais TJLP.

Fundos de investimento fáceis de entrar têm rentabilidade baixa

02/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Com menos de um ano no mercado, os fundos de investimentos simples conquistaram, só em bancos públicos, 260 mil brasileiros. O apelo é investir no Tesouro Direto sem a preocupação de ter de escolher o título mais adequado.

A comodidade é válida para quem está dando os primeiros passos no universo dos investimentos, mas tem um preço: as taxas de administração podem superar 2% e corroem parte da rentabilidade.

O produto foi lançado em outubro do ano passado, quando a instrução 555 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) mudou a classificação dos fundos de investimentos e criou uma categoria específica para os iniciantes. "A mudança dos nomes veio para facilitar o entendimento dos investidores", afirma Carlos Ambrósio, vice-presidente da Anbima.

A partir da instrução da CVM, alguns bancos e gestoras procuraram readequar os produtos já existentes, enquanto Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal lançaram novos fundos para aproveitar a mudança de regulamentação. A Caixa ainda adaptou outro fundo ao guarda-chuva do simples.

O BB atingiu na semana passada a marca de 100 mil cotistas. A Caixa possui, em seus dois fundos simples, o total de 160 mil aplicadores.

Para efeito de comparação, o número de investidores nos dois bancos públicos atingiu em apenas nove meses o equivalente a pouco mais de 30% do total de pessoas hoje cadastradas no Tesouro Direto, que está em funcionamento desde 2002.

O acesso é simplificado: é possível comprar uma cota pela internet banking ou aplicativo de celular. O investimento inicial é baixo e parte de R\$ 50. As duas características, no entanto, são acompanhadas de elevado conservadorismo na escolha dos títulos e pouca chance de ir além da remuneração da Selic, a taxa básica de juros.

Isso porque o fundo simples é obrigado a investir, no mínimo, 95% do capital em títulos do Tesouro. O restante pode ser aplicado livremente em produtos privados que tenham nível de risco semelhante, como os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs).

"No fim das contas, esses fundos acabam mantendo uma rentabilidade bastante próxima à da poupança", afirma o professor da faculdade Fipecafi, George Willrich Sales.

A proximidade com a poupança é lembrada pelos próprios bancos, que apresentam o produto como um primeiro passo dentro da educação financeira para quem pretende sair da caderneta. No primeiro semestre, a poupança registrou saques de R\$ 42,6 bilhões, segundo dados do Banco Central.

Para Jorge Augustowski, diretor executivo de economia da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), esses produtos podem ser uma alternativa aos investidores menos experientes, mas é preciso ter em mente que não há como esperar retornos extraordinários.

"Vale sempre o alerta: com baixo risco e baixa volatilidade, normalmente a rentabilidade também é baixa", afirma.

Os custos dos fundos simples incluem a taxa de administração. O BB cobra 1,95% ao ano para gerir os recursos e a Caixa, 1,5% para o fundo mais novo e 2% para o "migrado".

Também há cobrança de Imposto de Renda. As alíquotas vão de 15% a 22,5% e são regressivas. Ou seja, o investidor paga menos imposto se demorar mais para resgatar o dinheiro.

Com todas as contas feitas, Augustowski destaca que aplicar sem a intermediação de fundos no Tesouro Direto acaba sendo mais vantajoso. "É preciso, contudo, um pouco mais de informação e entendimento sobre como funcionam os títulos públicos", destaca.

Vale a ressalva que, mesmo assim, será preciso abrir uma conta em uma instituição financeira para ter acesso ao título. No site do Tesouro Direto é possível comparar as taxas cobradas pelos chamados agentes de custódia. Atualmente, quatro fazem o serviço sem onerar o consumidor.

Os outros três grandes bancos privados de varejo - Itaú, Bradesco e Santander - também têm fundos simples na prateleira, assim como gestoras de investimento.

A participação de investidores nessas instituições, no entanto, é bem mais discreta. O Santander, por exemplo, contabiliza hoje pouco mais de 500 cotistas com recursos no fundo simples.

Procurado, o Itaú não retornou os pedidos de entrevista. O Bradesco não informou o número de cotistas em seus dois fundos.

Ao todo, são apenas 11 fundos "genuinamente" simples à venda, de acordo com dados da Anbima.

Desde a mudança na classificação dos fundos, a entidade trabalha para sanear o cadastro dessas aplicações. Na migração, muitos bancos e gestores classificaram seus produtos erroneamente e agora há um trabalho de checagem para enquadrá-los nas categorias corretas.

Mesmo com a elevada aposta no conservadorismo dos fundos de investimento simples, alguns deles são destinados à alta renda. No BNP Paribas, a aplicação inicial para este produto é de R\$ 25 mil. Em contrapartida, a taxa de administração é inferior à praticada pelos bancos de varejo: 0,22% ao ano.

Regra de transição analisada pelo governo Temer cria abismo nas aposentadorias

02/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A regra de transição que o governo propõe para o principal ponto da reforma da Previdência – a exigência de idade mínima para aposentadoria – deve criar um abismo nos direitos de trabalhadores com idades muito próximas. Se aprovada, a nova fórmula pode fazer, por exemplo, com que um trabalhador só consiga se aposentar quase uma década depois de um colega apenas um ano mais velho.

A explicação é que a transição planejada pelo Planalto é muito abrupta. Especialistas ouvidos pela **Gazeta do Povo** apoiam medidas que reduzam o prejuízo de quem está perto de se aposentar, mas avaliam que essa mudança precisa ser mais suave que a sinalizada até agora pela equipe de Michel Temer (PMDB).

Não há como fugir da idade mínima, diz especialista

A fixação de uma idade mínima é imprescindível para garantir a sobrevivência do sistema previdenciário e a aposentadoria das próximas gerações de trabalhadores, diz Luis Eduardo Afonso, professor da USP.

Mas o desafio de implementar essa regra é dos mais complexos. O problema fiscal, diz o especialista, é imediato, e por isso a transição não pode ser lenta demais.

A exigência de idade mínima apenas para quem entrará no mercado de trabalho, como defendem as centrais sindicais, só terá efeito daqui a três décadas. Mas uma transição muito rápida será injusta para quem estiver quase se aposentando.

Vários números dão uma ideia da urgência de mudanças na Previdência. O déficit neste ano será de R\$ 146 bilhões, podendo chegar a R\$ 180 bilhões em 2017, estima o governo. Os benefícios previdenciários, que em 2004 consumiam 36% da receita líquida federal, dez anos depois já abocanhavam quase 40%.

Um dos motivos desse salto é a aposentadoria por contribuição sem exigência de idade mínima, que é permitida em apenas 13 países, de uma lista de 117 nações, segundo a Associação Internacional de Seguridade Social (AISS).

Essa generosidade ajuda a explicar por que, em comparação ao PIB, o Brasil gasta com Previdência quase o mesmo que a Alemanha, muito embora a proporção de idosos no país europeu seja o triplo da brasileira.

Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, a idade mínima – de 65 anos para homens e 62 para mulheres – será exigida de todos os trabalhadores que tiverem até 50 anos quando a reforma entrar em vigor.

Para os que tiverem 51 anos ou mais, valerá a regra de transição. Eles terão um acréscimo de 40% ou 50% no tempo que faltava para se aposentar pelas regras atuais.

Assim, um trabalhador com 51 anos que conseguiria se aposentar por tempo de contribuição aos 55, isto é, daqui a quatro anos, terá de contribuir por até dois anos a mais por causa desse “pedágio” de até 50%.

Com isso, vai se aposentar aos 57. Por outro lado, um profissional com 50 anos só poderá se aposentar aos 65, que é a idade mínima proposta pelo governo para os homens.

Seguindo a mesma lógica, uma mulher com 51 anos que se aposentaria dentro de 12 meses terá de contribuir por meio ano a mais que o esperado. Mas uma colega com 50 anos de idade só terá acesso ao benefício após completar 62 anos.

“É um ponto de corte bastante radical”, diz Jane Berwanger, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP). Para ela, se aprovada nesses termos, a reforma vai provocar uma enxurrada de ações na Justiça.

“O legislador tem uma margem de discricionariedade, de impor condições. Mas ele também tem de respeitar um princípio que o Supremo Tribunal Federal (STF) sustenta, que é o da razoabilidade. Não seria razoável uma pessoa de 50 anos ter um prejuízo tão grande se comparada à de 51.”

A advogada e outros especialistas ligados ao IBDP devem abordar o assunto em reunião nesta terça-feira (2) com o secretário da Previdência, Marcelo Caetano, e o assessor especial da Casa Civil, Marcelo Siqueira. O instituto foi convidado pelo governo a debater questões técnicas e jurídicas da reforma.

Para o professor da USP Luis Eduardo Afonso, a regra mencionada por Padilha dificilmente fará parte da proposta oficial de reforma, que o governo só deve enviar ao Congresso após as eleições municipais.

“Ela geraria uma diferença de tratamento muito grande. Seria mais razoável criar alguns degraus, fazer algum escalonamento. O governo pode estabelecer diferentes percentuais [de “pedágio”], conforme a idade do trabalhador, para não ficar esse degrau tão abrupto”, diz.

Confira as propostas que o governo já sinalizou

Idade mínima

As últimas declarações do governo indicam que após a reforma a idade mínima para aposentadoria será de 65 anos para homens e 62 para mulheres. Não se sabe o que acontecerá com a fórmula 85/95, aprovada no ano passado, nem com o fator previdenciário.

Regra de transição

O governo indica que a idade mínima valerá para quem tiver até 50 anos quando a reforma entrar em vigor. Quem tiver 51 anos ou mais terá uma regra de transição, com um acréscimo – de 40% ou 50%, segundo o governo – no tempo de contribuição que faltava para o trabalhador se aposentar pela regra atual. Assim, se faltavam quatro anos para a aposentadoria, esse prazo subirá para até seis anos.

Homens e mulheres

O governo pretende reduzir – ou eliminar, no longo prazo – as diferenças que existem nas regras de aposentadoria para homens e mulheres. Hoje elas conseguem se aposentar mais cedo.

Público e privado

Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, o governo quer unificar as regras de aposentadoria do regime geral – o INSS, que vale para os trabalhadores do setor privado – e do regime próprio, dos servidores públicos.

Especiais

As regras para profissionais como professores e policiais militares também devem ficar mais rígidas. Ainda assim, tendem a continuar mais brandas que as dos demais trabalhadores.

Rural

O governo pode exigir uma contribuição previdenciária maior dos trabalhadores rurais e passar a cobrar das empresas agrícolas que são exportadoras – hoje elas não contribuem com o INSS.

Degrau gigante

Confira na simulação abaixo como a nova regra estudada pelo governo alteraria a idade de aposentadoria dos trabalhadores.

O que é o pedágio: acréscimo de tempo de trabalho para quem tem 51 anos ou mais

Com "pedágio" de 40%

	Quem tem hoje	e iria se aposentar com*	vai se aposentar com
homem	51 anos	55 →	56,6
	50 anos	55 →	65,0
mulher	51 anos	52 →	52,4
	50 anos	52 →	62,0

Com "pedágio" de 50%

	Quem tem hoje	e iria se aposentar com*	vai se aposentar com
homem	51 anos	55 →	57,0
	50 anos	55 →	65,0
mulher	51 anos	52 →	52,5
	50 anos	52 →	62,0

*As idades indicadas são apenas para efeito de simulação. A idade de aposentadoria varia de trabalhador para trabalhador.

Faturamento do setor cresce 2% em junho, informa CNI

02/08/2016 – Fonte: Bem Paraná

O faturamento da indústria cresceu 2% em junho na comparação com maio, na série livre de influências sazonais, informou hoje (1º) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). A elevação ocorre após três quedas consecutivas.

Segundo a CNI, no mesmo período, as horas trabalhadas na produção subiram 0,2% e o nível de utilização da capacidade instalada teve alta de 0,3 ponto percentual, chegando a 77,4%.

Os dados estão nos Indicadores Industriais de junho da confederação e foram divulgados hoje pela Agência Brasil. A pesquisa indica também que o mercado de trabalho continua encolhendo. Em junho, o emprego na indústria caiu 0,6% na comparação com maio, na série de dados dessazonalizados.

Foi a 17ª queda consecutiva do indicador. Com a retração do emprego, a massa real de salário recuou 0,6%, e o rendimento médio real dos trabalhadores ficou estável, na comparação com maio, na série livre de influências sazonais.

Pelos dados da CNI, os resultados de junho, embora ainda não indiquem reversão do ciclo recessivo, são positivos, mostrando pequena reação da atividade industrial.

Para o presidente da CNI, Robson Braga, a saída da crise e a retomada do crescimento da indústria e da economia dependem de ações e reformas que resgatem a confiança do empresariado e criem um ambiente mais propício aos investimentos, à produção e à criação de empregos.

Segundo Andrade, para o país voltar a crescer de forma sustentada, são necessários investimentos em infraestrutura, aumento da participação brasileira nos mercados internacionais, reforma da Previdência Social, modernização das relações do trabalho e melhora na qualidade dos gastos públicos.

Os dados da CNI mostram também que o primeiro semestre confirma que a indústria atravessa uma das piores crises da sua história, pois o faturamento real da indústria, no período caiu 11,5% na comparação com o primeiro semestre de 2015.

As horas trabalhadas na produção caíram 9,6%, no período, o emprego recuou 9,1%, a massa real de salários diminuiu 9,9% e o rendimento médio real dos trabalhadores encolheu 0,8%. A utilização da capacidade instalada está 1,2 ponto percentual abaixo da registrada em junho do ano passado.

Toyota sobe ao quarto lugar em julho

02/08/2016 – Fonte: Automotive Business



Boas vendas do Corolla ajudam Toyota a ser quarta marca mais vendida em julho

Pela primeira vez em sua história de quase 60 anos no Brasil a Toyota foi a quarta marca de veículo leve mais vendida do País em julho.

Com 16.855 unidades emplacadas no mês passado e 9,6% de market share, a Toyota superou a Ford por 99 carros de vantagem e por 754 a Hyundai, que no acumulado do ano segue na quarta posição. Os números foram divulgados na segunda-feira, 1º, pelo jornalista Joel Leite no site Autoinforme.

O bom desempenho da Toyota é explicado pelas vendas robustas do Corolla (5.919 unidades em julho), o mais vendido da marca, que também se firma entre procurados do País; além do Etios, 12º colocado no mês passado, que após a renovação do modelo há pouco tempo está franca recuperação, com 4.336 emplacamentos.

A versão sedã do Etios foi o 20º carro mais emplacado (2.899). A marca conta ainda com a boa performance da picape Hilux, que vendeu 2.658 unidades em julho e ficou na quarta posição no ranking das picapes, atrás da Fiat Strada, VW Saveiro e Fiat Toro. É, portanto, a líder entre as picapes médias-grandes.

As posições de liderança no ranking nacional seguiram inalteradas em julho, com General Motors, Fiat e Volkswagen, nesta ordem, nas três primeiras colocações no mês e no acumulado do ano.

Contudo, enquanto GM (29.581 emplacamentos) e Fiat (28.710) ficaram separadas por apenas 871 unidades e 0,5 ponto porcentual na participação de mercado (16,9% contra 16,4%, respectivamente), a Volkswagen continuou a perder terreno: emplacou 21.504 carros e comerciais leves e ficou com market share de 12,3%, em nível recorde de baixa.

ACUMULADO DO ANO

Nos emplacamentos acumulados de sete meses do ano, o ranking de marcas continua inalterado, com Hyundai e Toyota consolidando as quarta e quinta posições, ao mesmo tempo que empurram a Ford para a inédita sexta posição.

Confira abaixo as 10 mais vendidas entre janeiro e julho, com número de unidades emplacadas e market share:

- Chevrolet/GM: 187.080 (16,6%)
- Fiat: 172.451 (15,3%)
- Volkswagen: 148.270 (13,2%)
- Hyundai: 112.059 (9,9%)
- Toyota: 102.310 (9,1%)
- Ford: 97.499 (8,6%)
- Renault: 83.257 (7,3%)
- Honda: 71.332 (6,3%)

- Jeep: 31.095 (2,76)
- Nissan: 30.086 (2,67%)

FCA anuncia Antonio Filosa como seu diretor geral na Argentina

02/08/2016 – Fonte: Automotive Business



A FCA Fiat Chrysler Automobiles anuncia Antonio Filosa como seu novo diretor geral na Argentina a partir deste 1º de agosto. Ele sucede a Roberto Gigliarelli, que se aposentará e dará suporte ao processo de transição. Ele acumulará seu cargo atual de diretor de compras do grupo para a América Latina.

O executivo comandará as operações FCA no país vizinho, que conta com o complexo industrial Ferreyra, localizado na cidade de Córdoba, e que está recebendo investimentos da ordem de R\$ 500 milhões para produzir, a partir de 2017, um novo modelo destinado ao mercado local e à exportação para toda a região da América Latina.

“Meu foco será a crescente integração da FCA na América Latina. A Argentina é uma importante plataforma de produção e exportação, que deve operar em estreita sinergia com o Brasil, compartilhando processos e a mesma estratégia”, afirma Filosa.

Natural de Nápoles, Itália, o executivo de 43 anos entrou para o então Grupo Fiat em 1999 e desde então acumula extensa experiência internacional, com atuação nas áreas de manufatura, compras e supply chain, novos produtos, marketing e gestão de projetos, ocupando cargos na Inglaterra, Espanha, Estados Unidos, Itália e Brasil.

Por aqui, começou na planta da Fiat em Betim (MG) em 2006, onde já exerceu os cargos de gerente de logística Interna, de planejamento estratégico e de compras, além de diretor-adjunto de manufatura. Desde 2014 é o diretor de compras responsável pelas operações na América Latina.

Formado pelo Instituto Politécnico de Milão (Itália), Filosa complementou sua formação em Gestão pela Fundação Dom Cabral, de Minas Gerais.

Volkswagen para produção em todas as suas fábricas de carros no país

02/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Três das quatro fábricas da Volkswagen do Brasil pararam a produção por problemas de abastecimento de peças nesta segunda-feira. Não há previsão se a operação será

normalizada nesta terça-feira, de acordo com a empresa. Somente a unidade de fabricação de motor, em São Carlos (SP) estava em operação.

Nesta segunda, as unidades de Taubaté e São Bernardo do Campo, todas em São Paulo, ficaram paradas parcialmente.

Segundo os sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, 80% da fábrica de São Bernardo do Campo não operou e cerca de 8 mil trabalhadores retornaram para a casa. Não se sabe, segundo o Sindicato, se as operações retornam ao normal na terça-feira.

Em Taubaté, a parada aconteceu nos dois turnos de produção. Nesta unidade, o sindicato local informou que a produção está parada desde 26 de julho e com isso são cinco dias sem operação e não foram produzidos 4.250 veículos até agora.

Já a fábrica paranaense ficará parada nesta semana e pode retornar a operação na próxima segunda-feira. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, as horas paradas serão descontadas do tempo de redução de jornada permitido pelo Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Pelo programa, a empresa pode reduzir em 20% a carga horária do trabalhador todo mês.

Na semana passada, a fábrica operou um turno e meio na segunda-feira e outro na terça-feira. De quarta-feira a sexta-feira a montadora dispensou os funcionários utilizando o banco de horas. Somente nos oito dias sem produção, a unidade do Sul deixará de montar 3.680 veículos.

Segundo o sindicato de Curitiba, a fábrica não vem recebendo peças do grupo Prevent há mais de 20 dias.

Segundo a Volkswagen, desde 15 de julho, as unidades de São Bernardo do Campo (SP), Taubaté (SP) e São José dos Pinhais (PR) tiveram a operação suspensa por falta de autopeças fornecidas pela Famec, uma empresa do Grupo Prevent.

Em nota, a montadora informou que o fornecedor, com um relacionamento comercial com a Volkswagen por mais de 40 anos, "teve sua atuação completamente alterada ao ser adquirida pelo Grupo Prevent".

"A Famec, que fornece peças estampadas à Volkswagen, interrompeu as entregas em meados de julho, que deveriam atender a área de armação das carrocerias em três fábricas - São José dos Pinhais (PR), Taubaté e Anchieta (SP).

Diante da paralisação na fabricação de carrocerias, a Volkswagen se viu obrigada a suspender diversos turnos de produção em suas fábricas desde o dia 15 de julho", diz a nota.

Segundo a Volks, desde março do ano passado até hoje, foram mais de 100 dias de paralisação nas três fábricas e deixaram de ser produzidas 90 mil veículos nesse período.

De janeiro a julho, a montadora vendeu 148.284 veículos. No mesmo período do ano passado, foram licenciados 228.064 automóveis da marca. Já em julho, a montadora emplacou 21.509 unidades.

A Volkswagen explicou que o grupo Prevent, proprietário de dezenas de empresas em diversos setores pelo mundo, tem descumprido contratos com a montadora e reiteradamente faz solicitações de aumento de preços, pagamento injustificado de valores (sem respaldo contratual ou econômico).

"O grupo Prevent tem se mostrado inflexível, elencando uma série de condições (que nada tem a ver com o contrato atual) para a continuidade do fornecimento, incluindo exclusividade para os próximos projetos. A problemática nos fez recorrer à Justiça, já que o grupo continua a gerar problemas para a Volkswagen do Brasil, seus funcionários e toda a sua cadeia de fornecedores", diz o comunicado.

Procurado, o grupo Prevent não se manifestou.

Vendas de automóveis e comerciais leves caem 20%

02/08/2016 – Fonte: Diário do Comércio

As vendas de automóveis e comerciais leves totalizaram 175.094 unidades no mês de julho, queda de 20,3% em relação ao mesmo período do ano passado e crescimento de 5% em relação a junho. Os dados constam no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavan).

No mês passado, a General Motors se manteve na liderança com 29.580 veículos vendidos. A Fiat foi a segunda colocada no ranking de vendas com 28.711 unidades licenciadas. A Volkswagen, que enfrenta problemas de abastecimento de peças em suas fábricas de montagem de veículos no Brasil, comercializou 21.509 unidades e ficou em terceiro lugar.

A Toyota vendeu 16.855 automóveis e comerciais leves, o que lhe rendeu o quarto lugar no ranking. Já a Ford licenciou 16.754 unidades, seguida pela Hyundai com 16.101. A Renault ficou na sétima posição no ranking de vendas com 13.361.

No acumulado do ano, as vendas de automóveis e comerciais leves totalizaram 1.127.734 unidades. Volume menor 24,4% no comparativo com janeiro a julho do ano passado.

Novamente a GM ficou no topo do ranking. A montadora americana vendeu 187.108 veículos. A Fiat vem logo em seguida com 172.466 unidades licenciadas. Já a Volkswagen comercializou 148.284 veículos.

De janeiro a julho, a Hyundai aparece na quarta posição do ranking com 112.062 unidades, superando a Toyota que vem logo em seguida com 102.320. Já a Ford vendeu 97.521 automóveis e comerciais leves nos sete meses do ano e ficou com a sexta posição do ranking.

A Renault vendeu 83.227 veículos no acumulado do ano, seguida pela Honda com 71.331 unidades e Jeep com 31.101 automóveis.

Paralisação - Três das quatro fábricas da Volkswagen do Brasil pararam ontem a produção por problemas de abastecimento de autopeças. Não há previsão se a operação será normalizada nesta terça-feira, de acordo com a empresa. As unidades de Taubaté e São Bernardo do Campo, todas em São Paulo, ficaram paradas ontem parcialmente.

Segundo os sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, 80% da fábrica de São Bernardo do Campo não operou e cerca de 8.000 trabalhadores retornaram para a casa. Não se sabe, segundo a entidade, se as operações retornam hoje ao normal.

Em Taubaté, a parada aconteceu nos dois turnos de produção. Nesta unidade, o sindicato local informou que a produção está parada desde 26 de julho e com isso são cinco dias sem operação e não foram produzidos 4.250 veículos até agora.

Já a fábrica paranaense ficará parada nesta semana e pode retornar a operação na

próxima segunda-feira. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, as horas paradas serão descontadas do tempo de redução de jornada permitido pelo Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Pelo programa, a empresa pode reduzir em 20% a carga horária do trabalhador todo mês.

Na semana passada, a fábrica operou um turno e meio na segunda-feira e outro na terça-feira. De quarta-feira a sexta-feira a montadora dispensou os funcionários utilizando o banco de horas. Somente nos oito dias sem produção, a unidade do Sul deixará de montar 3.680 veículos. Segundo o sindicato de Curitiba, a fábrica não vem recebendo peças do grupo Prevent há mais de 20 dias.

Segundo a Volkswagen, desde 15 de julho, as unidades de São Bernardo do Campo (SP), Taubaté (SP) e São José dos Pinhais (PR) tiveram a operação suspensa por falta de autopeças fornecidas pela Famec, uma empresa do Grupo Prevent.

Em nota, a montadora informou que o fornecedor, com um relacionamento comercial com a Volkswagen por mais de 40 anos, "teve sua atuação completamente alterada ao ser adquirida pelo Grupo Prevent".

Segundo a Volks, desde março do ano passado até hoje, foram mais de 100 dias de paralisação nas três fábricas e deixaram de ser produzidas 90 mil veículos nesse período. De janeiro a julho, a montadora vendeu 148.284 veículos. No mesmo período do ano passado, foram licenciados 182.562 automóveis da marca. Já em julho, a montadora emplacou 21.509 unidades.

Quimatic Tapmatic apresenta soluções para a redução de custos em usinas na Fenasucro & Agrocana 2016

02/08/2016 – Fonte: CIMM

Com a crise econômica, torna-se ainda mais importante para as usinas encontrar alternativas para reduzir custos sem que isso represente perda de qualidade nos trabalhos ou queda de produtividade.

Em sua participação na Fenasucro & Agrocana 2016 – que acontecerá de 23 a 26 de agosto na cidade de Sertãozinho, em São Paulo – a fabricante de especialidades químicas Quimatic Tapmatic apresentará uma série de soluções compatíveis com os atuais desafios do setor sucroenergético brasileiro.

De acordo com a empresa, as usinas podem alcançar uma significativa economia ao investir na manutenção de equipamentos ao invés de comprar, muitas vezes prematuramente, modelos novos.

"A redução de custos ao se optar pela manutenção pode chegar a até 80% na comparação com o preço de equipamentos novos", enfatiza Walter Strebinger, diretor da Quimatic Tapmatic. "Tudo isso com manutenção eficiente, segura e de grande durabilidade."

Entre outras aplicações, os produtos da empresa ajudam a remover resíduos de açúcar em barramentos elétricos; recuperam bombas, moendas e espalhadores desgastados pela corrosão e cavitação; restauram a condutibilidade de instalações elétricas; reverterem e previnem engripamentos de peças e parafusos; removem a ferrugem das superfícies metálicas e ajudam a proteger da ação da intempérie máquinas e veículos utilizados no campo.

Dependendo do tipo de processo e manutenção, o funcionamento de máquinas e equipamentos pode durar até duas safras sem a necessidade de uma nova intervenção.

Equipamentos desgastados e corroídos podem, por exemplo, ser recuperados com as resinas epóxi da linha Plasteel. Fáceis de aplicar e altamente resistentes após a cura, as resinas epóxi preenchem trincas e furos, devolvem os formatos originais das peças e formam uma nova camada protetora sobre bombas, válvulas, roscas transportadoras, picadores, e outros equipamentos metálicos (inclusive de aço inox) de alto valor agregado.

Além do uso na manutenção corretiva, Plasteel também é bastante utilizado em equipamentos novos, como uma camada de sacrifício que mantém as superfícies originais protegidas da corrosão e desgastes ao longo de toda a safra.

Na Fenasucro & Agrocana, além da linha Plasteel a Quimatic Tapmatic irá expor uma série de soluções sustentáveis para o setor, como o Protetivo Agro, um protetivo anticorrosivo desenvolvido especialmente para o segmento agrícola; o desengraxante Quimatic ED SOLV, voltado para desengraxe e limpeza industrial de alto impacto de metais ferrosos e aço inox; o Quimox, removedor de ferrugem ultrarrápido para metais ferrosos; o CRZ, produto para galvanização a frio de ferro e aço; e o PCF, fundo convertedor de ferrugem que prepara superfícies para uma nova pintura.

“Temos o compromisso de abastecer o setor sucroenergético com soluções inovadoras, capazes de garantir redução de custos e maior praticidade e produtividade”, completa Strebinger.

Principais destaques da Quimatic Tapmatic no evento:

Linha Plasteel – As usinas podem economizar até 80% ao substituir a compra de equipamentos novos pela recuperação e manutenção com os revestimentos epóxi bicomponentes da linha Plasteel.

A Quimatic Tapmatic destaca no evento o Plasteel Diamantado, um revestimento reforçado com microesferas especiais de altíssima dureza, que confere à superfície em que for aplicado dureza e resistência à abrasão semelhante à do diamante; e Plasteel Cerâmico Pintável Azul, que promove principalmente proteção contra o ataque químico e corrosão.

O seu acabamento liso e vitrificado melhora o fluxo e aumenta o rendimento mecânico em bombas e tubulações. Isenta de compostos orgânicos voláteis, a linha Plasteel preserva a saúde do usuário e o meio ambiente. Fáceis de aplicar, os produtos estão disponíveis em revendas de todo o País.

Protetivo Agro - Desenvolvido especialmente para o setor agrícola, o produto difere de outros protetivos existentes no mercado por formar uma película cerosa antiestática mais seca, o que ajuda a repelir de maneira mais eficiente a poeira e a garantir proteção contra a corrosão por longos períodos, mesmo quando os equipamentos e máquinas são armazenados em ambientes abertos, sujeitos a altas temperaturas do campo ou chuvas fortes.

Como resultado, tratores, arados, colheitadeiras, ferramentas e outros implementos conquistam uma vida útil maior e estão sempre prontos para uso. Ecologicamente correto, o produto não contém substâncias tóxicas ou metais pesados em sua formulação, evitando assim contaminação da colheita e do solo.

Desengraxante Quimatic ED SOLV – O produto ganhou uma nova fórmula ainda mais eficiente e agora age 10% mais rápido e tem odor mais suave.

Além disso, continua com atrativos que fizeram da versão anterior um grande sucesso, como o uso de aditivo ED – Extremo Desengraxe e uma formulação ecologicamente correta, à base d'água, biodegradável, atóxica e não inflamável. Indicado para

situações de difícil desengraxe e limpeza, é ideal para uso em máquinas, tanques, carenagens, estruturas de ferro ou aço e muito mais.

Novo controlador da Rockwell Automation simplifica a segurança de máquinas

02/08/2016 – Fonte: CIMM

Fabricantes e montadores de equipamentos estão procurando formas de simplificar e padronizar a segurança em suas máquinas e sistemas. Com o novo controlador Allen-Bradley Compact GuardLogix 5370, os usuários não precisam mais separar redes e controladores para segurança e controle de movimentos em aplicações com até 16 eixos. Isso facilita o projeto de segurança em uma ampla variedade de máquinas padrão e personalizadas e resulta em arquiteturas de sistemas mais simples.

“O novo GuardLogix 5370 tem todos os recursos de desempenho do popular CompactLogix 5370 e, ao mesmo tempo, fornece também segurança e controle de movimento integrados em uma única rede EtherNet/IP”, observa Ming Jing Ye, gerente de Produto Global da Rockwell Automation.

“Quando segurança, controle de movimento e controle padrão são combinados em um pacote, a configuração é mais fácil, a fiação é reduzida e os usuários obtêm um melhor diagnóstico. Por fim, isso ajuda a aumentar a disponibilidade das máquinas e a produtividade da fábrica.”

O controlador Compact GuardLogix 5370 também ajuda os usuários a atender normas de segurança globais. O controlador oferece Nível de Integridade de Segurança 3, Nível de Desempenho E e Categoria 4 – os níveis mais elevados para segurança de máquinas. Quando utilizado junto com o servoacionamento Kinetix 5500 ou com o inversor PowerFlex 527 CA, os usuários têm a função de desligamento seguro (safe torque off) integrado na rede EtherNet/IP.

Como ocorre com outros controladores Logix, os engenheiros usam o software Studio 5000, da Rockwell Software, para configurar o Compact GuardLogix 5370 e desenvolver todos os elementos do seu sistema de controle. Os dados podem ser definidos de uma vez e podem ser acessados e reutilizados facilmente em diversos tipos de máquinas para acelerar o desenvolvimento e o comissionamento do sistema.

Além disso, um único ambiente de programação, tanto para o controle de segurança quanto para o controle padrão, elimina a necessidade de gerenciar manualmente uma memória separada para a segurança e para o controle padrão ou fazer a partição da lógica para isolar a segurança.

O Compact GuardLogix 5370, fabricado em Cingapura, possui duas portas Ethernet para suportar topologias de rede linear e do tipo DLR (dispositivo em nível de anel). O armazenamento interno de energia elimina a necessidade de baterias, e um cartão digital removível (SD) de 1 Gb melhora a integridade dos dados.

Samarco registra adesão 923 funcionários em Plano de Demissão Voluntária

02/08/2016 – Fonte: R7

A Samarco registrou a adesão de 923 empregados ao seu Plano de Demissão Voluntária (PDV), cujo período de inscrição terminou na última sexta-feira, abaixo da meta de 1.200 desligamentos, e irá avaliar na próxima semana as ações ainda necessárias para readequação do quadro de trabalhadores.

A mineradora explicou, em e-mail enviado à Reuters, que os empregados que forem incluídos no processo de demissão involuntário, até 30 de setembro, também terão direito a benefícios, além dos definidos pela CLT, segundo o acordado com os sindicatos Metabase (MG) e Sindimetal (ES), para minimizar impactos.

A empresa interrompeu sua atividade minerária em novembro do ano passado, após o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério de ferro, na cidade de Mariana, em Minas Gerais, que deixou 19 mortos, centenas de desabrigados e poluiu o rio Doce, que deságua no mar do Espírito Santo.

A Samarco [SAMNE.UL] é uma joint venture da brasileira Vale e da anglo-australiana BHP Billiton .

Desde o desastre socioambiental, considerado o pior da história do Brasil, a empresa concedeu licenças remuneradas, férias coletivas e dois períodos de suspensão temporária do contrato de trabalho (lay-off).

Entretanto, como prevê retornar às operações no futuro com apenas 60 por cento de sua capacidade, decidiu reduzir em 40 por cento o seu quadro próprio.

A empresa planejava voltar às atividades ainda neste ano, mas em junho declarou não ter mais essa expectativa, por falta de clareza sobre o tempo que será necessário para obter as licenças necessárias.

Do total de inscritos no PDV, 455 estão alocados no Espírito Santo, onde está localizada a atividade de pelotização, e 468 em Minas Gerais, onde ocorre a mineração.

Dentre os benefícios oferecidos, estão incentivos financeiros e extensão do plano de assistência médica supletiva (AMS) oferecida pela companhia.

"A Samarco lamenta a necessidade de realizar a adequação no seu quadro de empregados. Mas reitera que tem feito todo o possível para minimizar os impactos do atual momento da empresa", afirmou a empresa em nota.

Dólar sobe quase 1% ante real com cenário externo e atuação do BC

02/08/2016 – Fonte: CIMM

O dólar fechou em alta de quase 1 por cento frente ao real nesta segunda-feira, diante de dados mostrando forte impacto econômico da opção britânica por deixar a União Europeia e após o Banco Central retomar as intervenções no câmbio de forma mais contundente.

O dólar avançou 0,90 por cento, a 3,2720 reais na venda. A moeda norte-americana fechou em queda de 1,63 por cento na sexta-feira passada, no menor nível desde o início de julho.

O dólar futuro subia cerca de 0,90 por cento no fim da tarde.

Cresce confiança em melhora na economia, revela pesquisa do DataSenado

02/08/2016 – Fonte: Senado Notícias

Mais otimista com o futuro da economia, o brasileiro continua apontando a corrupção como o maior problema do país. Empatadas, saúde e segurança pública aparecem como segunda preocupação nacional, seguidas por emprego e custo de vida, que estão em terceiro e quarto lugar na escala das dificuldades da população.

É o que revela pesquisa nacional do Instituto DataSenado, realizada em junho, quando 34% dos entrevistados disseram confiar que sua condição econômica vai melhorar nos próximos seis meses. Em dezembro de 2015, 29% tinham essa expectativa.

Influência nas decisões políticas

A pesquisa registrou ainda que, majoritariamente (81%), os brasileiros acreditam que a participação da sociedade influencia as decisões políticas; 66%, 49% e 45% julgam, respectivamente, que as manifestações de rua, debates sobre política na Internet e as greves são muito importantes para a democracia. Dos entrevistados, 69% declaram não ter participado de manifestações de rua nos últimos meses.

Entre os que afirmaram participar de discussões sobre política na Internet, 14% disseram fazer isso "sempre" e 37% só "às vezes". E 74% dos pesquisados disseram não ter proximidade com nenhum dos 35 partidos políticos brasileiros.

No entanto, 47% dos entrevistados disseram acompanhar o noticiário político mais de cinco dias por semana e 39% responderam que têm "interesse médio" por política. A atuação do Senado no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi avaliada como ótima por 36%. Houve empate em 31% nas avaliações de regular e de ruim/péssima.

Centro e direita

Na décima pesquisa da série histórica, que começou em 2011, o Instituto DataSenado incluiu pergunta sobre a posição política dos entrevistados. Majoritariamente, os brasileiros informaram ter identificação com partidos de centro e de direita, respectivamente 41% e 32%.

E 20% apontaram a esquerda como opção política. A série histórica compreende pesquisas semestrais sobre a atuação do Congresso e do Senado, em particular, e também sobre questões sociais e políticas do cenário nacional.

Os pesquisados também registraram que, nos últimos seis meses, pioraram tanto a sua sensação de bem estar quanto a da própria condição econômica.

Entre os dias 21 de junho e 1º de julho, foram ouvidos 1.100 brasileiros, maiores de 16 anos, do Distrito Federal e de todos os estados. A pesquisa está disponível na página do Instituto DataSenado, no portal da Transparência do Senado: www.senado.leg.br/datasenado.

Paim deve chamar representante da Imbel para explicar demissão de líderes sindicais

02/08/2016 – Fonte: Senado Notícias



Em audiência pública nesta segunda-feira (1º), a Comissão de Direitos Humanos (CDH) debateu a demissão de dirigentes sindicais. Um caso recente na Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) motivou a reunião, requerida pelo presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS).

Ao final da reunião, Paim disse que enviará à Imbel um ofício sobre o que foi discutido e que deverá marcar outro debate sobre o tema, chamando um representante da indústria para participar.

Para o senador, a audiência teve ainda o objetivo de debater a liberdade e a autonomia sindicais, que são ameaçadas, como ressaltou, por atos como os ocorridos na Imbel. Segundo Paim, o Brasil vive uma crise política, ética e econômica, gerando como consequência o aumento dos ataques aos trabalhadores.

- Nós vamos discutir hoje um tema fundamental: a liberdade e a autonomia sindical, um dos pilares, no meu entendimento, da própria democracia – disse Paim.

De acordo com o procurador do Ministério Público do Trabalho Renan Bernardi Kalil, o MPT vem combatendo as condutas anti-sindicais, ou seja, todo ato que prejudica a liberdade sindical. Kalil disse que, embora esse tipo de conduta possa atingir tanto representantes dos empregadores quanto dos trabalhadores, são estes últimos, na maioria dos casos, os alvos dessas ações.

O procurador explicou ainda que as condutas anti-sindicais podem ser atos de discriminação, atos de ingerência e práticas desleais. Kalil, que trabalha na área de promoção da liberdade sindical no MPT, afirmou que a vedação de demissão de dirigentes sindicais garante tanto a proteção do dirigente, quanto do grupo que ele representa, mas, segundo ele, o Brasil precisa avançar na legislação.

- A nossa legislação está bem aquém do que poderia trazer nessa questão. Em 1988, quando a nossa Constituição foi promulgada, a gente teve um avanço na proteção do dirigente sindical, que foi a inserção no artigo 8º dessa previsão. Por outro lado, os tribunais, a partir do momento em que a Constituição foi promulgada e começaram a analisar a garantia de emprego dos dirigentes sindicais, adotaram uma postura retrógrada – disse.

Segundo Kalil, a "postura retrógrada" consistiu em consagrar uma previsão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que limita a proteção contra a demissão ao máximo de 7 dirigentes sindicais por entidade sindical. O procurador chamou a atenção ainda para o fato de que dos 12 casos em que o Brasil foi acionado na Organização Internacional do Trabalho (OIT), 8 tratam de dispensa de dirigentes sindicais.

O caso da Imbel

Representantes de trabalhadores da Imbel e de sindicatos relataram na audiência pública o caso de demissão de vários dirigentes sindicais, além de outros cortes que prejudicaram os trabalhadores.

De acordo com o tesoureiro-geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo, Jurandir Pedro de Souza, três dirigentes foram demitidos arbitrariamente na Imbel de Piquete, em São Paulo, e cortaram o seguro de vida, café da manhã e instrumentos coletivos de trabalho dos funcionários.

- Imagina um pai de família que entra para trabalhar sabendo que, naquela empresa, já houve diversas explosões que mutilaram e mataram muitos trabalhadores, cortaram o seguro de vida do trabalhador – afirmou.

Um dos dirigentes demitidos, Jeferson Pinto Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias Químicas de Lorena, afirmou que, após duas paralisações que ocorreram na Imbel, as perseguições se intensificaram.

Em um depoimento emocionado, Jeferson disse que após a paralisação, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que ficasse a critério da empresa a

compensação dos dias parados. A empresa, segundo ele, pressionou os trabalhadores para que vendam suas horas em débito.

- Como lá o coronel é bem maldoso, o dia que não tem muita produção, ele não deixa compensar. Então, tem gente devendo 50 horas, 60 horas. Através de ofício, ele disse que o trabalhador procurasse a direção da empresa e estão querendo comprar esses dias para não compensarem – afirmou, observando que o piso salarial da Imbel é de R\$ 1.090,00.

Negociado sobre o Legislado

Os participantes da audiência pública manifestaram ainda preocupação em relação ao projeto de lei de conversão originado de mudanças na Medida Provisória (MP) 680/2015, que estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado. Segundo o procurador do MPT, é preocupante a velocidade com que determinados setores da imprensa e do empresariado assumiram a causa do negociado sobre o legislado.

- A negociação coletiva sempre tem que ser usada para negociar condições melhores para os trabalhadores. O que está sendo previsto agora, o negociado sobre o legislado, vai permitir que se estabeleçam condições piores do que a lei prevê - disse.

Segundo Paim, a terceirização é o “inferno” e o negociado sobre o legislado é pior que a terceirização.

- Eu considero o negociado sobre o legislado pior do que a terceirização, e olha que a terceirização é o inferno, mas ali você tem parâmetros mínimos ainda – disse o senador.

74% dos brasileiros estão satisfeitos com o trabalho, mostra pesquisa

02/08/2016 – Fonte: G1



A satisfação dos brasileiros com o trabalho está alta, segundo uma pesquisa da Randstad, empresa fornecedora global de soluções em recursos humanos. Quando questionados sobre a satisfação com o trabalho, 74% responderam positivamente. Por outro lado, 18% se posicionaram de forma neutra e 8% se mostraram insatisfeitos.

A pesquisa foi feita em 34 países, com profissionais entre 18 e 65 anos que trabalham, no mínimo, 24 horas semanais para algum empregador.

A pesquisa aponta que o índice de satisfação no Brasil é equivalente ao obtido na Bélgica e próximo as taxas verificadas na Suíça e no Canadá, ambos com 75%, e na Holanda, onde o total de profissionais foi de 76%. As nações com a maior concentração de satisfeitos são Índia e México, com 82%.

Um dos destaques do levantamento foi o índice de 8% de brasileiros insatisfeitos ou muito insatisfeitos com o trabalho. Somente 10 países, entre os 34, tiveram resultado abaixo desse índice, ou seja, os profissionais brasileiros não estão entre os mais descontentes.

Os menos satisfeitos disparados são os japoneses. Lá, apenas 43% responderam de forma positiva ao estudo e 22% estão insatisfeitos. Além disso, 32% escolheram a opção 'neutro' e 3% disseram não saber.

O levantamento foi feito entre abril e maio deste ano.

Judiciário não precisará cumprir limite de terceirizados da LRF, diz Meirelles

02/08/2016 – Fonte: G1

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, declarou nesta segunda-feira (1º) que para o Judiciário, os tribunais de contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos estados as despesas com funcionários terceirizados e algumas gratificações, como auxílio-moradia, não serão consideradas para efeito de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Isso significa que os gestores do judiciário dos estados não serão responsabilizados caso os gastos com pessoal ultrapassem o limite fixado pela LRF devido ao pagamento de terceirizados. Para o Executivo (governo federal e governos estaduais) e Legislativo, entretanto, gastos com terceirizados e benefícios serão considerados despesas com pessoal e, portanto, sujeitos aos limites da LRF.

O ministro fez o anúncio após reunião com o líder do governo na Câmara, André Moura (PSC-SE), e o relator do projeto que trata da renegociação da dívida dos estados com a União, Esperidião Amin (PP-SC), na sede do Ministério da Fazenda, em Brasília.

Mais cedo nesta segunda, o assunto foi debatido durante uma reunião no Palácio do Jaburu com a presença do presidente em exercício, Michel Temer, de Meirelles e de líderes de partidos que compõem a base do governo no Congresso. A mudança visa garantir a aprovação do projeto de renegociação da dívida dos estados com a União.

Contrapartida

Em contrapartida, disse Meirelles, as despesas do Judiciário, Ministério Público, tribunais de contas e Defensoria Pública com pessoal, incluindo terceirizados, passariam a ter que cumprir a mesma regra prevista para o teto de gastos públicos.

O projeto do teto prevê que o aumento de gastos do governo federal, em um ano, ficaria limitado ao índice de inflação do ano anterior. Portanto, os gastos do Judiciário dos estados e outros órgãos com pessoal e terceirizados não poderiam mais crescer acima da inflação, apesar de não serem contabilizados para efeito de cumprimento da LRF.

Para começar a valer, a proposta do teto precisa ser aprovada pelo Congresso.

"Em contrapartida, foi acordado que essas despesas de pessoal, incluindo terceirizados e todos os demais, passarão a estar sujeitas a um teto de evolução nos próximos anos que seja equivalente ao teto que vai ser aplicado aos estados e ao governo federal", explicou Meirelles.

O ministro da Fazenda disse também que, no caso do Legislativo e do Executivo em âmbito estadual, não haverá mudanças. "Não muda nada", declarou ele.

Confiança de pequenos empresários avançou 20,7% em um ano

02/08/2016 – Fonte: Exame

O Indicador de Confiança (IC) dos micro e pequenos empresários dos segmentos do varejo e de serviços avançou 20,7% na comparação entre julho e o mesmo mês de 2015.

Calculado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), o IC passou de 37,06 pontos para 44,72 pontos, atingindo o maior patamar em 15 meses de série histórica.

Na comparação com junho deste, quando o indicador estava em 42,93 pontos, o crescimento foi de 4,2%.

Segundo o SPC Brasil, apesar da melhora registrada nas variações anual e mensal, a maior parte dos entrevistados ainda avalia que as condições gerais da economia e de seus negócios pioraram no último semestre, uma vez que segue abaixo do nível neutro de 50 pontos.

A escala do indicador varia de zero a 100 – acima de 50 pontos mostra otimismo e abaixo mostra pessimismo.

O IC é composto pelo Indicador de Condições Gerais e pelo Indicador de Expectativas. O Indicador de Condições Gerais, que avalia a percepção do micro e pequeno empresariado sobre o desempenho de suas empresas e da economia brasileira nos últimos seis meses, avançou de 21,32 pontos para 25,53 na comparação entre julho e o mesmo mês do ano anterior.

Percepção de empresários

O resultado, porém, segue abaixo do nível neutro de 50 pontos, o que indica que, para a maior parte dos entrevistados, a economia piorou ao longo dos últimos seis meses. Esse indicador avalia a percepção do micro e pequeno empresário em duas dimensões: a dos negócios e da economia. A avaliação sobre os últimos meses da economia pontuou 22,82 pontos, enquanto a avaliação sobre os últimos meses dos negócios atingiu 28,24 pontos.

Os micro e pequenos empresários do varejo e serviços melhoraram suas expectativas para os próximos seis meses. Em julho, o indicador marcou 59,11 pontos, alta de 20,9% com relação a julho de 2015, quando marcava 48,87.

Na comparação mensal, as expectativas para a economia passaram de 54,78 pontos, em junho, para 56,07 pontos, em julho.

Com essa alta, o indicador manteve-se acima da marca neutra de 50 pontos, sinalizando que a maior parte desses empresários espera que a economia melhore nos próximos meses. O mesmo foi observado nas expectativas para os negócios, que atingiram 62,16 pontos, informou o SPC Brasil.

Índia deve impor tarifas contra importações de aço

02/08/2016 – Fonte: Exame



Um órgão do governo indiano recomendou tarifas provisórias antidumping sobre importações de produtos siderúrgicos laminados a quente. A medida deve entrar em vigor após o governo fazer notificação formal. As tarifas deverão ser implementadas contra produtos siderúrgicos do Brasil e também de China, Japão, Coreia do Sul, Rússia e Indonésia.

Siderúrgicas indianas como a Steel Authority of India, JSW Steel e Tata Steel defenderam medidas protecionistas para evitar compras internacionais de produtos a preços baixos, prejudicando usinas locais.

Bandeira tarifária permanece verde na conta de luz de agosto

02/08/2016 – Fonte: Exame



A bandeira tarifária de energia elétrica para o mês de agosto será verde, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Será o quinto mês sem custo extra para os consumidores.

Pelo sistema de bandeiras tarifárias, quanto maior é a dificuldade de geração de energia, mais cara fica a conta de luz. Segundo a Aneel, os principais fatores que contribuem para a bandeira verde em agosto são: a evolução positiva do período úmido de 2016, que recompõe os reservatórios das hidrelétricas; o aumento de energia disponível com redução de demanda; e a adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro.

A bandeira é aplicada a todos os consumidores, multiplicando-se o consumo (em quilowatts-hora, kWh) pelo valor da bandeira, se for amarela ou vermelha. Em bandeira vermelha, o adicional é de R\$ 3 (patamar 1) e R\$ 4,50 (patamar 2), aplicados a cada 100 kWh consumidos. A bandeira amarela representa R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh.

IBGE divulga desempenho da produção industrial no primeiro semestre

02/08/2016 – Fonte: Jornal Extra/Globo

O IBGE divulgou desempenho da produção industrial no primeiro semestre nesta terça-feira.

O mercado esperava uma queda média de 1,1% da produção industrial na passagem entre maio e junho. Já para a comparação do mês de junho com junho de 2015, a projeção média do mercado era de perda de 6,3%, com taxas negativas entre 4,4% e 8,5%.

Pelo resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, a indústria voltou ao mesmo patamar de produção de sete anos atrás, após oito trimestres seguidos de retração. Apesar disso, o setor caminha para acumular três anos seguidos de retração, quando consideradas as previsões para 2016.

Peugeot e Santander criam empresa no Brasil para financiar carros

02/08/2016 – Fonte: Jornal extra/Globo

A filial bancária do grupo automobilístico francês PSA e o espanhol Banco Santander criaram uma empresa conjunta no Brasil, com a qual financiarão a compra de carros, como já fazem na Europa, anunciou a PSA.

"Após a assinatura em 24 de julho de 2015 de um acordo marco com o Banco Santander Brasil (...), as companhias conjuntas no Brasil iniciaram suas atividades em 1º de agosto de 2016", afirma a PSA em um comunicado.

"A joint venture facilitará o financiamento das concessionárias de automóveis Peugeot, Citroën e DS e de seus clientes no Brasil, assim como a venda de seguros nestas redes."

O acordo pretende "reforçar a competitividade do Banque PSA Finance no Brasil e constitui um complemento da assinatura do acordo de associação europeia entre Banque PSA Finance e Santander Consumer Finance", destaca a nota. "A associação é a partir de agora operacional no Brasil e em 10 países europeus."

Minério e metais fecham mês em alta

02/08/2016 – Fonte: Inda

Julho foi um mês misto para as commodities industriais. Enquanto o minério de ferro continuou sua toada de alta e tocou os níveis máximos do ano, a recuperação do petróleo perdeu força e o preço do barril caiu no acumulado do período. Dentre os metais, o mês também foi de dúvidas, mas todos terminaram no campo positivo. O alumínio teve o pior desempenho.

O minério com teor de 62% de ferro fechou julho a US\$ 58,80 por tonelada no porto chinês de Tianjin, alta de 8,5% no mês, segundo a "The Steel Index".

Apesar de analistas preverem que o aumento da oferta em meio à demanda arrefecida vai derrubar os preços, o insumo resiste em níveis acima de US\$ 55. No ano, o ganho é de 37%.

O Valor consultou oito instituições financeiras, entre bancos, consultorias e agências de rating. A cotação média do minério em 2016 é prevista em US\$ 47,50, o que significaria que no segundo semestre teria que ficar em US\$ 43,25.

A julgar pelo comportamento em julho, a queda teria de ser muito acentuada até os últimos dias do ano. Para 2017, as mesmas instituições veem a commodity em US\$ 44,10.

Daniel Briesemann, analista do alemão Commerzbank, diz que a sobreoferta no mercado transoceânico já é gigante. Mesmo com a expansão em Pilbara e Roy Hill, ambos na Austrália, ainda na curva de aprendizagem, a produção está cerca de 35 milhões de toneladas acima da demanda. Os estoques em portos chineses já ultrapassam as 110 milhões de toneladas.

O movimento do minério pegou quem acompanha o mercado de surpresa. O Goldman Sachs classificou, em relatório, o desempenho de uma "contradição". O banco foi obrigado a elevar a projeção de preço para o terceiro trimestre em 18%, para US\$ 53, por conta da forte alta já ocorrida.

O texto lembra que a valorização até agora foi influenciada pelo avanço da cotação do aço, que tem causa nos baixos estoques siderúrgicos.

Pontos a se observar nos próximos meses são a evolução da oferta australiana e a hora de entrada do projeto S11D, da Vale, em Carajás (PA), além da produção de aço e as importações de minério na China.

Por outro lado, o petróleo decepcionou os investidores, principalmente por temores quanto à demanda, altos estoques de derivados e a volta de algumas produtoras que haviam desligado sondas na época de baixa.

O Brent para entrega em outubro caiu 12,4% em julho na ICE Futures de Londres, para US\$ 43,53 o barril, enquanto o WTI recuou 13,6% na Nymex, de Nova York, para US\$ 42,33 cada. Em 2016, as altas ainda são de 15,6% e 10,9%, respectivamente.

A consultoria Capital Economics lembra que a performance imita o observado no primeiro semestre de 2015, quando um repique no começo do ano se inverteu e se transformou em grande queda até dezembro. "Mas dessa vez não acreditamos que o recuo se acelere, e sim que os preços se mantenham no nível atual até o fim do ano", escreve o analista Thomas Pugh, em relatório.

Na semana passada, o Morgan Stanley publicou relatório no qual prevê excesso de oferta ainda em 1,4 milhão de barris por dia em 2016. Considerando a média anual, só em 2018 chegaria o déficit no mercado, de 200 mil barris diários. O banco vê o preço a US\$ 40 no quarto trimestre.

No lado da oferta, a situação pode piorar. A agência de notícias Reuters prevê que a produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) tenha subido em julho ao maior patamar da história recente. Levantamento do Valor com 14 instituições aponta para preço médio de US\$ 44 em 2016 e US\$ 56,90 em 2017.

Na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), os contratos futuros de três meses do cobre avançaram 2% em julho, para US\$ 4.924 a tonelada, já o níquel subiu 12,9%, para US\$ 10.630, e o zinco ganhou 6,7%, terminando cotado em US\$ 2.242,50. O alumínio registrou o pior desempenho, leve alta de 0,5% para US\$ 1.643.

O Commerzbank lembra, em relatório, que o mercado internacional de cobre ainda se encontra com falta do metal, o que pode continuar impulsionando a cotação. No geral, o repique dos metais também é influenciado pelas expectativas de estímulos à economia por parte da China.

Arcelormittal vê lucro crescer 6 vezes no trimestre e somar US\$ 1,1 bi

02/08/2016 – Fonte: Inda

A gigante siderúrgica ArcelorMittal informou um aumento de 512% no lucro do segundo trimestre, no comparativo anual, para US\$ 1,1 bilhão. Segundo o balanço da companhia, a maior parte desse avanço está ligada a um ganho extraordinário de US\$ 832 milhões relacionado a uma redução de custos com planos de saúde no acordo trabalhista da operação dos Estados Unidos.

A última linha do balanço da empresa superou as expectativas de lucro de US\$ 201 milhões, com base em uma pesquisa do "The Wall Street Journal" com sete analistas.

A receita da maior siderúrgica do mundo em produção recuou 12,7% de abril a junho, para US\$ 14,7 bilhões, no confronto anual. A companhia indicou em seus resultados que estava otimista sobre o segundo semestre, mas advertiu que o excesso de capacidade de aço globalmente permanece preocupante.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização Ebitda, na sigla em inglês) aumentou 27% no intervalo, para US\$ 1,77 bilhão, com os custos caindo mais do que os preços médios de venda de aço, ajudando a expandir a margem de lucro da empresa, apesar da queda na receita causa pelos preços do aço e minério de ferro mais baixos.

A produção de aço em volume recuou 3,75% no trimestre, para 23,1 milhões de toneladas. Os embarques de aço ficaram praticamente estáveis no período, em 22,1 milhões de toneladas.

O analista do Jefferies Seth Rosenfeld disse que os resultados bateram suas expectativas em todas as divisões, com as surpresas mais notáveis na Europa e na América do Norte.

"Embora a indústria continue a enfrentar os desafios do excesso de capacidade estrutural, estamos vendo melhores condições de mercado em comparação com o segundo semestre de 2015, o que nos leva a ser cautelosamente otimista em relação ao restante do ano", disse Lakshmi Mittal, presidente da companhia.

A empresa disse que espera um impacto mínimo sobre o seu negócio pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia.

Os Estados Unidos e a União Europeia (UE) têm sido particularmente atingidos pelo fluxo de aço chinês barato, levando-os a responder com a abertura de disputas comerciais contra a China para proteger seus produtores. O diretor financeiro Aditya Mittal disse que isso está começando a ter um efeito positivo na redução de importações de aço para os EUA, mas não da UE, onde mais tarifas estão em vias de ser aplicadas.

Exportação de manufaturados cresce 7% em julho e saldo bate novo recorde

02/08/2016 – Fonte: Instituto Aço Brasil

A exportação de manufaturados brasileiros rendeu US\$ 6,563 bilhões em julho, alta de 7,3% na comparação com igual período de 2015. Com a ajuda do setor, a balança comercial alcançou superávit recorde, de US\$ 28,230 bilhões, neste ano.

Os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, divulgado ontem, mostram também que a venda de uma plataforma de petróleo, por US\$ 923 milhões, foi o principal motivo do avanço das mercadorias de maior valor agregado.

Ainda subiram os embarques de tubos flexíveis de ferro e aço (+160,9%), açúcar refinado (+66,9%), máquinas de terraplanagem (+23,3%), etanol (+15,2%), pneumáticos (+13,1%), torneiras e válvulas (+11,4%), veículos de carga (+9,5%), automóveis de passageiros (+3,5%) e partes de veículos (+3%).

"A redução expressiva do déficit comercial da indústria de transformação tem favorecido o ajuste do setor externo da economia brasileira", avaliou Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Segundo ele, o resultado negativo do setor não chega a 10% do déficit comercial registrado em 2015. As causas desse movimento seriam o recuo das importações e a "reativação" das exportações de alguns ramos da indústria.

Entre as áreas favorecidas por uma reação dos embarques, Cagnin destacou máquinas e equipamentos, automóveis, informática, alimentos e bebidas. "Já têxteis, calçados e couro, que tinham déficit comercial em 2015 e agora têm superávit, crescem graças ao processo de substituição de importações", acrescentou.

As empresas que deixam de comprar do exterior e passam a adquirir produtos nacionais "nem sempre encontram alternativas com a mesma qualidade", afirmou Paulo Dutra, coordenador do curso de economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Por outro lado, o especialista ponderou ao DCI que essa troca

"favorece o fornecedor interno, que tem mais chance de crescer e ganhar em competitividade".

Sobre o futuro das exportações da indústria de transformação, Cagnin disse que as vendas devem continuar crescendo nos próximos meses, mas ressaltou que variações cambiais poderiam prejudicar essa trajetória. "A taxa [de câmbio] se apreciou 20% em seis meses, isso atrapalha muito as exportações industriais."

"Essas mudanças do real dificultam o cálculo de rentabilidade pelas empresas, a precificação no mercado internacional, e impõe risco sobre a cadeia em que o produto brasileiro vai entrar como insumo", explicou.

Balança comercial

De janeiro a julho deste ano, o saldo comercial acumulou superávit de US\$ 28,230 bilhões. O valor é o maior para o período desde o início da série histórica, em 1989. O recorde anterior foi registrado em 2006 (US\$ 25 bilhões).

A estimativa atual do governo é que o superávit nas trocas com outros países fique entre US\$ 45 bilhões e US\$ 50 bilhões em 2016. Até julho, as exportações geraram US\$ 106,583 bilhões, retração de 5,6% em relação a igual período de 2015. Já as importações atingiram US\$ 78,353 bilhões, diminuição de 27,6% ante os sete meses do ano passado.

A retração da receita com exportações acontece ainda que o volume dos embarques cresça neste ano. Segundo Dutra, esse paradoxo é causado pela desvalorização das commodities nos últimos meses. "A estrutura da balança brasileira tem grande peso de produtos primários, como minerais e agrícolas, que ficam mais baratos com o arrefecimento da economia mundial", disse.

No mês passado, as vendas externas brasileiras renderam US\$ 16,331 bilhões, queda de 3,5% sobre julho de 2015 e crescimento de 2,2% em relação a junho deste ano. As importações foram de US\$ 11,752 bilhões, recuos de 20,3% frente a julho do ano passado e de 3,6% sobre junho.

Em relação aos mercados compradores, avançaram as vendas para Oceania (+52,3%) e União Europeia (+13,8%) e caíram as exportações para a África (-17,6%); Mercosul (-14,4%); Ásia (-7,7); América Central e Caribe (-7,4); e Estados Unidos (-4,3).

Os cinco principais importadores de produtos brasileiros, em julho, foram China (US\$ 3,535 bilhões), Estados Unidos (US\$ 1,898 bilhão), Países Baixos (US\$ 1,709 bilhão), Argentina (US\$ 1,024 bilhão) e Alemanha (US\$ 394 milhões).

Queda no ano

Ainda que tenham avançado em julho, as exportações de manufaturados recuaram 2,3% neste ano, enquanto básicos caíram 9,1% e semimanufaturados avançaram 0,2%.

As mercadorias que respondem pela diminuição da receita com produtos de maior valor agregado são autopeças (-24,6%), motores e geradores (-24,3%), laminados planos (-21,5%), partes de veículos (-19,4%) e óxidos e hidróxidos de alumínio (-15,2%).

No sentido contrário, avançaram os ganhos com plataformas para extração de petróleo (+136,7%), tubos flexíveis de ferro e aço (+70,6%), etanol (+58,8%) e automóveis de passageiros (+29,2%).

Atividade industrial só entrará em ciclo de alta a partir de 2017

02/08/2016 – Fonte: DCI

A atividade industrial já dá alguns sinais de recuperação, mas ainda parece cedo para falar em reversão do ciclo de quedas. Uma melhora efetiva do setor produtivo deve ficar para o começo de 2017.

Dados divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam que o faturamento da indústria cresceu 2% em junho na comparação com maio, na série livre de influências sazonais. No mesmo período, as horas trabalhadas na produção subiram 0,2% e o nível de utilização da capacidade instalada saltou de 77,1% em maio para 77,4% em junho.

No entanto, na comparação com igual mês do ano passado, o faturamento das indústrias teve queda de 8,2%, enquanto as horas trabalhadas recuaram 7,7%. Em junho de 2015, as fábricas utilizavam 78,9% do potencial instalado.

Segundo o gerente executivo de política econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, a base anual mostra que a alta na passagem de maio para junho ainda não caracteriza recuperação. "É preciso uma continuidade dos resultados positivos e que sejam sustentados pelo aumento de produção, que se transforma em novas contratações. Creio eu que isso só ocorrerá no final deste ano ou começo de 2017."

No primeiro semestre o faturamento real da indústria caiu 11,5% ante um ano antes. Um indicador antecedente de atividade, medido pelo índice de atividade dos gerentes de compra (PMI, na sigla em inglês), mostra que em julho o setor continuou avançando. O PMI subiu de 43,2 pontos em junho para 46,0 pontos. Apesar disso, o índice ficou abaixo de 50 pontos pelo 18º mês seguido, o que indica contração.

"Se a tendência de suavização da pressão inflacionária continuar nos próximos meses, provavelmente veremos o Banco Central afrouxando a política monetária, em um esforço para tirar o Brasil da recessão", observou a analista do PMI, Pollyana de Lima.

Consumo de energia elétrica no Brasil fica estável em junho, diz EPE

02/08/2016 – Fonte: DCI

O consumo de energia elétrica no Brasil em junho somou 37.174 gigawatts-hora (GWh), estável ante mesmo mês de 2015, informou nesta terça-feira a estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em boletim mensal.

Houve recuo de 3,3 por cento no consumo dos clientes industriais, enquanto a classe comercial teve baixa de 2,9 por cento. Já o consumo residencial cresceu 4,6 por cento.

No semestre, a demanda teve queda de 1,7 por cento ante mesmo período de 2015, devido principalmente ao cenário econômico adverso, à redução do poder aquisitivo, desemprego e temperaturas médias mais amenas, afirmou a EPE.

Veja como a proposta de mudança na aposentadoria pode atingir você

02/08/2016 – Fonte: Portal Contábil

Para combater o rombo da Previdência, o governo interino de Michel Temer propõe regras mais rígidas para a concessão de aposentadorias.

Confira as principais medidas em análise:

- Idade mínima de 65 anos para homens e de 62 anos para mulheres, inicialmente, para solicitar o benefício. A intenção é igualar os dois em 65 anos e, no futuro, elevar para 70 anos.

- A mudança deverá atingir integralmente quem tiver até 50 anos na data da implementação das novas regras. Nesse caso, será preciso trabalhar até 65 anos (homens) ou até 62 (mulheres) para se aposentar.

- Somente quem tiver 50 anos ou mais quando a reforma for implementada terá direito a regras de transição.

Com a imposição da idade mínima, o fator previdenciário e a fórmula 85/95 tendem a perder validade, já que não haverá mais aposentadoria por tempo de contribuição.

Como será a transição

-Para contribuintes com 50 anos ou mais, a transição deverá prever período adicional de trabalho de 40% a 50% do tempo que faltar para a aposentadoria. Por exemplo: se faltarem dois anos, será preciso trabalhar até um ano a mais, e assim por diante.

Simulações

Entenda como pode ficar para quem tiver menos de 50 anos em caso de reforma, caso a proposta passasse a vigorar hoje

1) Para homem de 49 anos

Como é hoje

-Pode se aposentar com valor integral quando a soma da idade e do tempo de contribuição completar 95, mas a regra é progressiva, aumentando um ponto por ano a partir de 2018, até atingir 100 em 2022.

-Se tiver 49 anos de idade e 31 anos de contribuição (somando 80), precisará trabalhar mais 10 anos para chegar aos 100 pontos (cada ano conta duas vezes). Teria 59 anos de idade e 41 de trabalho.

-Caso decida se aposentar antes, precisa ter 35 anos de contribuição e será aplicado o fator previdenciário, reduzindo o valor. Quanto menor a idade e o tempo de contribuição, menor será o valor a receber.

-Também pode se aposentar aos 65 anos, desde que tenha 15 anos de contribuição, recebendo o salário mínimo.

Como pode ficar

-Passará a valer a regra da aposentadoria por idade mínima de 65 anos.

-Assim, se o contribuinte tiver 49 anos de idade, independentemente do tempo de contribuição, terá de trabalhar por mais 16 anos, isto é, até completar 65 anos de idade.

2) Para mulher de 49 anos

Como é hoje

-A contribuinte pode se aposentar com valor integral quando a soma da idade e da contribuição completar 85, mas a regra é progressiva, aumentando um ponto por ano a partir de 2018, até atingir 90 em 2022.

-Se tiver 49 anos de idade e 26 anos de contribuição (somando 75), precisará trabalhar mais oito anos para chegar aos 90 pontos (cada ano conta duas vezes). Teria 57 anos de idade e 33 de trabalho.

-Caso decida se aposentar antes, precisa ter 30 anos de contribuição e será aplicado o fator previdenciário, reduzindo o valor. Quanto menor a idade e o tempo de contribuição, menor será o valor a receber.

-Também pode se aposentar aos 60 anos, desde que tenha 15 anos de contribuição, recebendo o salário mínimo.

Como pode ficar

-Passará a valer a regra da aposentadoria por idade mínima de 62 anos — que pode chegar a 65.

-Assim, se a contribuinte tiver 49 anos, independentemente do tempo de contribuição, terá de trabalhar mais 13, até completar 62 anos de idade.

3) Para homem de 48 ou 47 anos

-A lógica é a mesma da simulação para homens de 49 anos. De qualquer forma, será necessário trabalhar até completar 65 anos, ou seja, 16 anos a mais — 17 anos para quem tiver 48 anos, 18 para quem tiver 47, e assim por diante.

-O prazo será esse, mesmo que o contribuinte tenha começado a trabalhar muito cedo e esteja prestes a completar 35 anos de contribuição.

4) Para mulher de 48 ou 47 anos

-Nesse caso, a lógica também é a mesma da simulação para mulheres de 49 anos. De qualquer forma, será preciso trabalhar até completar 62 anos, ou seja, 13 anos — 14 anos para quem tiver 48 anos, 15 para quem tiver 47, e assim por diante.

-O prazo será esse, mesmo que a contribuinte tenha começado a trabalhar muito cedo e esteja prestes a completar 30 anos de contribuição.

Economistas pedem mais abertura comercial

02/08/2016 – Fonte: Portal Contábil

Duas renomadas instituições que se dedicam a temas de política econômica estão lançando uma agenda de mudanças para as políticas comercial e industrial que, de certa forma, é complementar à “Ponte para o Futuro”, o documento do PMDB que serviu de orientação para os passos iniciais na economia do presidente em exercício, Michel Temer.

O documento do Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP), em São Paulo, e do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), no Rio, traz uma lista de propostas de bastante impacto. O texto foi obtido com exclusividade pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Entre as propostas, uma reforma da política tarifária, que estabelece um regime com apenas quatro alíquotas, e com um nível de proteção bem menor que o atual. Assim, os produtos tarifados hoje entre zero e 5% teriam tarifa zero; entre 5% e 15% teriam tarifa de 5%; entre 15% e 20%, tarifa de 10%; e entre 20% e 35%, tarifa de 15%.

Além disso, a proposta é de, simultaneamente, reduzir de forma significativa a “escalada tarifária” – a estrutura em que bens finais são mais protegidos que seus componentes – e baratear a importação de produtos intermediários e bens de capital.

A questão tarifária é apenas uma entre os muitos temas abordados pela agenda do CDPP e do Cindes. Há também proposições de retomar e ampliar a agenda de negociação de acordos comerciais com outros países e blocos, profundas mudanças na política industrial (como desmobilizar programas de incentivo baseados em

conteúdo nacional), uma grande quantidade de medidas de redução do custo Brasil e facilitação do comércio e até uma seção dedicada a facilitar a expansão das multinacionais brasileiras.

Neste último caso, porém, não se trata da política de subsídios para as “campeãs nacionais”, que o documento critica, mas sim de igualar as condições tributárias das empresas brasileiras, que hoje são prejudicadas em relação às suas concorrentes em termos de atuação internacional.

A economista Sandra Polónia Rios, que dirige o Cindes junto com Pedro da Motta Veiga, explica que a instituição vem trabalhando nessa agenda desde 2013. Mas foi a partir de 2015 que o atual trabalho deslanchou, quando o CDPP montou um grupo de trabalho para discutir a inserção internacional da economia brasileira e convidou o Cindes para fazer a coordenação técnica. Além de Sandra e Motta Veiga, outro que participou ativamente da elaboração do documento foi Emanuel Ornelas, da EESP/FGV e London School of Economics.

Intitulado “A Integração Internacional da Economia Brasileira: Propostas para uma Nova Política Comercial”, o trabalho contou também com os comentários e sugestões de Edmar Bacha, e tem a bênção de economistas influentes como Affonso Celso Pastore, diretor do CDPP, e Arminio Fraga, da gestora Gávea, que foi cotado para ser ministro da Fazenda do presidente em exercício, Michel Temer.

Agenda. Sandra considera que este é um bom momento para lançar uma agenda de mudanças na política comercial e industrial, por ter ficado claro que as medidas protecionistas da fase da nova matriz econômica redundaram em fracasso.

Já Pastore ressalta que a atual equipe econômica, além de ter uma orientação mais liberal, alinhada com o documento, “é extremamente competente e aberta a sugestões que vêm de fora”. Ainda assim, ele acha que a prioridade compreensível do governo Temer em um primeiro momento continuará sendo restabelecer o equilíbrio fiscal e macroeconômico.

Segundo a visão do documento, uma economia mais aberta e menos protecionista é vital para estimular o investimento e o crescimento da produtividade, sem os quais o Brasil não volta a crescer num ritmo aceitável.

A abertura tem efeito positivo sobre a produtividade por vários canais, como o barateamento e o acesso a mais qualidade em termos de insumos e bens de capital, e a pressão competitiva sobre os produtores nacionais.

Paralelamente, constata-se que o Brasil não só é uma das economias mais fechadas do mundo, como também ficou para trás e não acompanhou movimentos mais recentes de liberalização de outras importantes nações emergentes, como as do México e da Índia.

Assim, a proposta é sair de falsos dilemas do tipo “o que fazer primeiro”, em questões como “abrir ou reduzir o custo Brasil” ou reduzir tarifas autonomamente ou como parte de uma barganha em acordos multilaterais.

Segundo Sandra, o Brasil não tem tempo a perder em termos de aproveitar os efeitos positivos sobre a produtividade da abertura e da redução ampla do protecionismo, incluindo política industrial.

Assim, todas as linhas de ações dos dilemas mencionados acima devem ser atacadas simultaneamente: abrir e reduzir o custo Brasil, baixar tarifas e negociar acordos.

“Uma tendência perniciosa no Brasil é a de manter um elevado grau de proteção como compensação pela ausência de reformas para reduzir o custo de produção no Brasil – a nossa proposta é justamente de romper com isso.”

Emprego sem carteira aumenta no ano e revela avanço da informalidade

02/08/2016 – Fonte: Portal Contábil

A quantidade de pessoas sem carteira assinada aumentou 3% no primeiro semestre de 2016, aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do IBGE. Além da precarização do trabalho, cenário também tende a agravar ainda mais os gastos públicos.

Segundo a Pnad, a quantidade de pessoas sem carteira assinada passou de 9,78 milhões em janeiro, para 10,08 milhões em junho. Ao mesmo tempo, o volume de trabalhadores com carteira assinada caiu 1,2%, na mesma base de comparação.

Em relação ao índice de desemprego do segundo trimestre, a taxa ficou no maior patamar registrado, ao atingir 11,3% (contra 10,9% no trimestre anterior), um total correspondente a 11,6 milhões de pessoas. O número também equivale à alta de 4,5%, ante o observado entre janeiro e março (11,1 milhões), e aumento de 38,7% na comparação com igual período do ano passado.

De acordo com Bruno Ottoni Vaz, pesquisador de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), a migração de pessoas para os empregos informais ou por conta própria também pode significar dificuldades para a retomada do próprio mercado de trabalho.

“Na medida em que essa transferência acontece, fica cada vez mais difícil para essas pessoas retomarem o emprego formal, uma vez que, quando a economia melhorar, a depreciação do capital humano [perda de qualidade na mão de obra] ainda será um fator a ser considerado pelos contratadores. No final das contas, a informalidade, pode se tornar uma realidade mais permanente no País”, explica Vaz, do Ibre/FGV.

“Além disso, essa precarização retoma problemas não só para o setor privado, onde há a falta de experiência adequada para o contratante e a perda de direitos e benefícios de uma CLT para o trabalhador; mas também para o setor público, que deixa de arrecadar em relação a INSS [Instituto Nacional do Seguro Social] e acaba por piorar o que já está em um cenário ruim”, complementa Orlando Assunção Fernandes, professor de Administração da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

Como informado na última sexta-feira pelo DCI, especialistas projetam que nem mesmo uma recuperação na economia melhoraria o déficit da Previdência Social que, segundo o resultado primário do governo central, acumulou alta de 63,2% no primeiro semestre deste ano em relação a igual período do ano passado.

Para Francisco Luiz Cazeiro Lopreato, professor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Cecon/Unicamp), apesar do impacto do índice de desemprego ser de forma indireta nas contas públicas, uma das possíveis saídas para o governo, ante o atual momento econômico, seria fazer os ajustes e ser mais criterioso com relação aos programas sociais.

“Assim que o impeachment se definir, essa será a saída de curto prazo do governo [no ajuste fiscal]. A notícia só não veio ainda porque, com cortes no âmbito social, a pressão seria muito forte”, diz Lopreato, da Cecon/Unicamp.

Ainda de acordo com dados da Pnad, o rendimento médio em todos os trabalhos mostrou uma retração de 1,5% no segundo trimestre em relação aos três meses anteriores (de R\$ 2.002 para R\$ 1.972). Já na comparação com igual período de 2015, a queda foi de 4,2%.

A massa de rendimento real recebida em todos os trabalhos (R\$ 174,6 bilhões), também mostrou retração de 1,1% em relação ao primeiro trimestre deste ano, e 4,9% frente a mesmo trimestre do ano anterior.

“O reflexo disso é uma demanda maior de serviços públicos em uma época de cortes de gastos. Ante a crise do setor, com certeza haverá uma forte pressão no governo para maiores concessões, principalmente para conseguir atender essa alta na procura de serviços”, conclui Carlos Alberto Ramos, professor de economia da Universidade de Brasília (UNB).

Perspectivas

Segundo os especialistas, a expectativa para o cenário do mercado de trabalho continua negativa mesmo na possibilidade de uma melhora na conjuntura econômica no quarto trimestre deste ano.

“Empregos informais ou por conta própria tendem a ser menos produtivos e a reduzir conforme a melhora da economia e, apesar de tudo depender de como esse ambiente vai se desenrolar, a tendência da taxa de desemprego é continuar piorando até o final deste ano, com estabilização no ano que vem e uma possível retomada prevista apenas para 2018”, conclui Vaz.

MDIC quer tributar todas as remessas vindas do exterior, inclusive presentes

02/08/2016 – Fonte: Estado de Minas

A demanda do ministério leva em consideração que muitas empresas estrangeiras usam essa brecha na tributação, criada para permitir o envio de presentes por pessoas que vivem no exterior, para vender a consumidores brasileiros sem pagar impostos

Pressionado por empresas que sofrem com a concorrência de produtos importados e pedem igualdade de condições para competir, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) propôs que o governo federal onere todas as encomendas vindas do exterior, inclusive os presentes.

Em reunião com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, na última quinta-feira, 28, o dirigente do MDIC, Marcos Pereira, sugeriu que as importações inferiores a U\$ 50 passem a ser taxadas, mesmo que não envolvam pessoa jurídica.

Essa mudança seria feita com urgência, por meio da edição de uma Medida Provisória. "Recebemos a demanda do setor produtivo e essa é uma medida que ainda aumenta a arrecadação federal", disse o ministro Marcos Pereira ao jornal O Estado de S. Paulo.

Atualmente, as remessas internacionais de mercadorias entre pessoas físicas no valor de até US\$ 50 ingressam no país sem pagar impostos incidentes na importação (Imposto de Importação, IPI, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins). A proposta do MDIC é que essa cota seja zerada.

A demanda do ministério leva em consideração que muitas empresas estrangeiras utilizam essa brecha na tributação, criada para permitir o envio de presentes por pessoas que vivem no exterior, para vender a consumidores brasileiros sem pagar impostos.

Para isso, enviam as mercadorias como se fossem pessoas físicas. Assim, produtos importados acabam chegando ao consumidor com uma carga tributária menor do que aqueles fabricados no Brasil.

A proposta do MDIC preserva, porém, as imunidades tributárias que estão previstas na Constituição. É o caso, por exemplo, das aplicadas a livros, revistas e periódicos.

Atualmente, a importação de bens via remessa postal ou encomenda aérea internacional já paga impostos. Está sujeita ao regime de tributação simplificada (RTS), que permite a compra no exterior de forma simplificada para valores não superiores a US\$ 3.000,00.

Reintegra

Na conversa com Meirelles, Pereira informou também que o setor produtivo está preocupado com o descumprimento do cronograma previsto para elevação da alíquota do Reintegra, um programa que estimula as exportações por meio de um ressarcimento tributário às empresas.

Esse mesmo ponto foi abordado na reunião que o ministro teve, na sexta-feira passada, com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf.

Atualmente, o Reintegra dá aos exportadores um crédito de 0,1% sobre as vendas no exterior. O setor produtivo quer segurança sobre a elevação da alíquota para 2% a partir de janeiro próximo, como está previsto, e para 3% em janeiro de 2018. No ano passado, o governo reduziu a alíquota para 0,1%, mas manteve programado um aumento escalonado em um decreto. Na audiência com Meirelles, Skaf defendeu a adoção imediata dos 3%.

De acordo com Pereira, sua pasta está concluindo um estudo para provar ao Ministério da Fazenda que o programa proporciona mais benefícios do que renúncia de receitas ao governo federal. "Esse estudo ficará pronto na semana que vem, e voltaremos a conversar", destacou.

Com uma agenda extensa que tem com a Fazenda, o MDIC reclamou que não vem fazendo parte das discussões de reforma do PIS/Cofins. O ministro Marcos Pereira pediu que sua pasta também passe a ser consultada pela área econômica do governo quanto à reforma tributária.

Ele diz ainda que o MDIC desconhece a proposta de reforma do imposto. Pereira ressaltou que existe um certo distanciamento dos ministérios nessa discussão e que isso prejudica a comunicação sobre pleitos importantes do setor que podem não ser incluídos no texto que será enviado ao Congresso Nacional.